

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA

CHARLISE GONÇALVES SANTIAGO

**SERVIÇO SOCIAL E OBJETO DE TRABALHO PROFISSIONAL: PARTICULARI-
DADES POLÍTICO-CONCEITUAIS DOS/AS ASSISTENTES SOCIAIS NA POLÍ-
TICA DE SAÚDE DE SÃO BORJA**

São Borja

2016

CHARLISE GONÇALVES SANTIAGO

SERVIÇO SOCIAL E OBJETO DE TRABALHO PROFISSIONAL: PARTICULARIDADES POLÍTICO-CONCEITUAIS DOS/AS ASSISTENTES SOCIAIS NA POLÍTICA DE SAÚDE DE SÃO BORJA

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Serviço Social da Universidade Federal do Pampa, como requisito parcial para obtenção do Título de Bacharel em Serviço Social.

Orientador: José Wesley Ferreira

São Borja

2016

CHARLISE GONÇALVES SANTIAGO

**SERVIÇO SOCIAL E OBJETO DE TRABALHO PROFISSIONAL: PARTICULARIDADES
POLÍTICO-CONCEITUAIS DOS/AS ASSISTENTES SOCIAIS NA POLÍTICA DE SAÚDE
DE SÃO BORJA**

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado ao Curso de Serviço Social da
Universidade Federal do Pampa, como
requisito parcial para obtenção do Título de
Bacharel em Serviço Social.

Banca examinadora:

Prof. Dr. José Wesley Ferreira

Orientador

Unipampa

Prof^a. Dr^a. Monique Soares Vieira

Unipampa

Prof. Dr. Jocenir de Oliveira

Unipampa

AGRADECIMENTOS

As energias desse universo que sempre quando precisei me fortaleceram, acalmando meu coração ansioso e agitado por nada saber do futuro, na busca de concretizar meus objetivos. A Deus que é o amor que me faz sentir pequenas felicidades que me movem a seguir adiante nesse mundo nada fácil de se viver. À minha mãe Maria minha guerreira da vida, por acreditar na minha capacidade de vencer os obstáculos que tive na formação, me amparando e desejando o meu sucesso e ao meu pai Pedro que mesmo longe incessantemente me incentivou e incentiva a estudar. Obrigada por me ensinarem valores de humildade e perseverança, de ver ao outro como igual. Eu amo infinitamente vocês! Obrigada pelo amor e pela vida!

Ao meu maior motivador cotidiano James, do qual me orgulho muito pela força de vontade em enfrentar as adversidades da vida. Que alegra meus dias do despertar ao entardecer e que torce por mim e vibra a cada objetivo que eu alcanço. É por esses simples motivos que sinto o quanto vale a pena viver! Obrigada pelo companheirismo de sempre! Eu amo você meu amor!

À minha amada sogra Salete por estar sempre ao meu lado me auxiliando nos momentos difíceis e me mostrando soluções aos meus problemas aparentemente insolucionáveis! Você é um anjo, obrigada por existir e estar sempre perto de mim!
Meu amor à você!

Ao querido, descolado e divertido José Wesley, meu professor e orientador deste trabalho que, de forma muito atenciosa dedicou horas preciosas para que eu pudesse traçar reflexões sobre o complexo e nada fácil trabalho do/a assistente social. Com paciência, se propôs a responder as minhas inúmeras dúvidas e identificar e compreender as minhas dificuldades sem se cansar de me impulsionar a conquistar meus objetivos. José obrigada por tudo, tenho certeza de que mais que um orientador, tive um amigo que permanecerá!

À professora Monique que, durante o estágio supervisionado me auxiliou a entender o trabalho do/a assistente social na clínica de hemodiálise, me ajudando a perceber as dificuldades e possibilidades na construção do projeto de intervenção. Sempre alegre e otimista fez com que essa fase da formação tenha se tornado mais leve e instigadora, propiciando a indagações no cotidiano do estágio que vieram a despertar para a identificação do tema deste trabalho. Meu profundo agradecimento pela paciência e compreensão!

Aos meus amigos/as do coração que fiz durante a graduação Rodrigo, Gessiane, Rosimeri, Nagel, eu realmente vou sentir muita falta de vocês! Obrigada por deixarem a formação em serviço social mais divertida alegre e suportável! Por compartilharem comigo momentos de estresse, angústias, dúvidas, mas também de companheirismo e de amor! Meu desejo é sucesso, eu adoro demais vocês garotinhas/os!

As profissionais que trabalham na política de saúde de São Borja, pela gentileza de participarem deste estudo. Eu espero poder contribuir com o trabalho, suscitando reflexões no cotidiano profissional acerca do objeto de trabalho do/a assistente social.

Agradeço a todas as pessoas que torceram e continuam torcendo por mim!
Muito obrigada!

RESUMO

O presente estudo buscou desvendar como os/as assistentes sociais vinculados à política de saúde, no município de São Borja evidenciam as expressões da questão social como manifestação singular do objeto de trabalho profissional. A pesquisa é qualitativa e foram entrevistadas quatro profissionais assistentes sociais através da técnica de entrevista semiestruturada. O método utilizado foi o materialismo histórico e dialético, seguido das seguintes categorias: historicidade, totalidade contradição e mediação. A técnica para análise dos dados utilizada foi de análise de conteúdo que se dá em três fases cronológicas. No decorrer do estudo constatou-se uma fragilidade teórica acerca da compreensão da questão social evidente no entendimento sobre a existência de uma nova questão social, na dificuldade de compreendê-la como objeto de trabalho, o que contribuiu para o questionamento do materialismo histórico e dialético como sendo o método mais adequado ao embasamento da intervenção profissional, uma vez que identificou-se no decorrer da coleta de dados que as assistentes sociais aprendem a intervir na prática. Também ficou evidente que a fragilidade teórica leva as profissionais entrevistadas a não ter critérios para definição das estratégias metodológicas utilizadas para intervir, o que ocasiona a reprodução da identidade atribuída. Por sua vez, a dimensão política empreendida no trabalho profissional é reduzida à cidadania formal, uma vez que pela fragilidade teórico-metodológica as leis são confundidas com teoria e o encaminhamento é tido como produto da intervenção.

Palavras-Chave: questão social; intervenção; instrumentalidade; dimensão política;

ABSTRACT

The aim of this study was to unveil how the social workers linked to health policy, in the municipality of São Borja show the expressions of the social question as a manifestation of the natural object of professional work. The research is qualitative and were interviewed four professionals social workers through the technique of structured interview. The method used was the Historical Materialism and Dialectical. In the course of study found a weak theory about the understanding of the social issue evident in the understanding of the existence of a new social issue, the difficulty of understanding it as an object of study, which contributed to the questioning of historical materialism and dialectics as the method best suited to the grounding of professional intervention, since it was identified in the course of data collection that the social workers learn to work in practice. It also became clear that the fragility theory takes the professionals interviewed to not have criteria for the definition of methodological strategies used to intervene, which results in the reproduction of the identity assigned. In turn, the political dimension taken in professional work is reduced to formal citizenship, since by fragility theoretical-methodological laws are confused with theory and the delivery is taken as a product of the intervention.

Keywords: social question; Intervention; instrumentality; political dimension;

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CAPS I – Centro de Apoio Psicossocial I

NASF – Núcleo de Apoio à Saúde da Família

CRAS – Centro de Referência em Assistência Social

CREAS – Centro de Referência Especializado em Assistência Social

ESF – Estratégia de Saúde da Família

BPC – Benefício de Prestação Continuada

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	9
2 OS FUNDAMENTOS EPISTEMOLÓGICOS DA QUESTÃO SOCIAL	16
2.1 Gênese da questão social	16
2.2 A questão social na cena contemporânea.....	22
3 A QUESTÃO SOCIAL COMO OBJETO DE TRABALHO DO/A ASSISTENTE SOCIAL.....	30
3.1 Da prática aos aprocessos de trabalho	30
3.1.1 A reelaboração do objeto de trabalho nos diferentes espaços sócio-ocupacionais	33
4 AS EXPRESSÕES DA QUESTÃO SOCIAL COMO MANIFESTAÇÃO SINGULAR DO OBJETO DE TRABALHO PROFISSIONAL: ANALISANDO OS DADOS DA PESQUISA NA POLÍTICA DE SAÚDE, NO MUNICÍPIO DE SÃO BORJA.....	36
4.1 Apresentação das profissionais assistentes sociais	36
4.2 Fundamentos teóricos que orientam o trabalho das assistentes sociais na política de saúde ...	37
4.2.1 Fragilidade teórica.....	37
4.3 Critérios para a definição das estratégias metodológicas que as assistentes sociais utilizam nos processos interventivos junto às expressões da questão social nos espaços sócio-ocupacionais da política de saúde.....	48
4.3.1 Reprodução da identidade atribuída.....	48
4.4 Dimensão política impressa no trabalho do/a assistente social nos espaços sócio-ocupacionais da área da saúde, no município de São-Borja.....	59
4.4.1 Produto reduzido à cidadania formal.....	57
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	63
REFERÊNCIAS.....	66
APÊNDICES	69
ANEXO.....	75

1 INTRODUÇÃO

A questão social é oriunda das desigualdades sociais econômicas e culturais que o modo de produção capitalista gera e, como tal, designa-se como objeto de trabalho do/a assistente social, sendo a partir de suas expressões que o trabalho profissional se desenvolverá, de maneira que coletivamente seja possível criar estratégias para seu enfrentamento. Com o projeto ético político do serviço social busca-se um novo perfil profissional, que esteja densamente apropriado teórica, ideológica e politicamente de modo convergente com o projeto societário¹ ao qual a categoria se vincula para que atenda as demandas da sociedade de um modo crítico, possibilitando construir com os usuários modos de resistência de acordo com a dimensão teleológica da categoria (IAMAMOTO, 2001; NETTO, 2009).

A partir da trajetória de formação no curso de serviço social e a experiência de estágio na política de saúde, particularmente na clínica renal de São Borja, elaborou-se vários questionamentos em relação ao porquê da necessidade de um profissional do serviço social junto à equipe de profissionais da saúde como enfermeiras/os, médicas/os, psicólogas/os e técnicas/os de enfermagem, uma vez que a essa área por muito tempo foi abordada somente pela ótica médico-centrada que centra a análise somente nos aspectos clínicos dos processos de saúde/doença considerando a saúde como a ausência de doença.

Dessa forma, houve a dificuldade de identificar, no referido campo de estágio, o objeto de trabalho profissional e suas expressões, bem como a intencionalidade das intervenções realizadas. Nas aproximações com os usuários percebe-se a necessidade de apreensão crítica em relação ao seu contexto social e suas vivências e ao que o modo de produção capitalista gera, não havendo a construção de um olhar questionador frente às situações adversas que os usuários vivenciam, afim de um possível rompimento com a alienação necessário a construção de resistência².

Muito mais que um secretário³ ou alguém com suporte humanista abstrato em

¹ Conforme Netto (2009), o projeto profissional dos assistentes sociais vincula-se ao projeto societário da classe trabalhadora.

² Geralmente a resistência se encontra oculta nas demandas de trabalho que, em um primeiro momento, chegam aos assistentes sociais somente como expressões de desigualdade como fome, violência, exploração sexual, dentre outras.

³ Durante a experiência de estágio identifiquei que em muitas ocasiões as ações restringiam-se a ações pontuais para as quais era desnecessário o conhecimento adquirido na graduação como agendamento de consultas, recepção de sujeitos que chegavam para ser atendidos, dentre outras ações que dispensavam conhecimento técnico. Não desconsidera-se o fato de que agendamento de consultas, marcação de transporte social dentre outros encaminhamentos sejam demandas de trabalho para os/as

especial dentro destas instituições que operam a política de saúde, o/a assistente social insere-se nessa política com os demais profissionais a partir de um viés que busca a viabilização de direitos aos usuários⁴ no sentido de garantia e ampliação dos mesmos, com vistas ao respeito à liberdade, a autonomia e a justiça social, identificando outros aspectos que levam o usuário a adoecer para além do fator físico, desvendando em conjunto com o usuário, processos sociais como violação de direitos sociais que impactam na saúde (CUNHA, 2007; CAMARGO, 2014).

Para tanto, há que se ter densa apropriação teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa para desocultamento de como esses processos que são produzidos pelo modo de produção capitalista impactam no cotidiano da classe trabalhadora, a fim de que o trabalho desenvolvido esteja sustentado em uma direção social e política de caráter emancipatório⁵. Assim, intui-se desvendar através deste trabalho o posicionamento dos/as profissionais assistentes sociais na saúde quanto às demandas que chegam, considerando seu objeto profissional – a questão social – bem como as mediações que desenvolvem e a dimensão política no trabalho profissional. A partir desse ponto, seja qual for a área de trabalho do/a assistente social, o trabalho será desenvolvido em um só foco: em prol da ampliação dos direitos da classe trabalhadora e a construção coletiva de resistências.

Acredita-se na importância desse estudo para a trajetória profissional da acadêmica e para os/as profissionais que trabalham na saúde, pois coloca em pauta o objeto de trabalho do/a assistente social, a fim de que suscite reflexões acerca da questão social e suas expressões, entendendo os processos nos quais o serviço social brasileiro ressignifica seu objeto a partir do momento em que vinculou-se a uma matriz teórica crítica atrelada a defesa dos direitos da classe trabalhadora. É por volta das décadas de 1970 a 1980 que se inicia um movimento de transição do serviço social no Brasil, no que tange ao enfrentamento do conservadorismo na formação e no trabalho profissional e que a referida concepção de questão social emerge em âmbito profissional (brasileiro). Foi nesse período em que a luta contra a ditadura e a

assistentes sociais, mas essas ações não podem ter um fim em si mesmo, visto que a partir de situações como essa é preciso ressignificar a identidade atribuída nos termos de Martinelli (1991).

⁴ É importante frisar que essa viabilização de direitos não se dá no sentido de apenas ampliá-los, mas se dará unicamente a luz de um novo projeto societário, sem que haja exploração/dominação, desigualdades sociais e lutas de classe.

⁵ De acordo com Karl Marx (2010), em “A Questão Judaica”, no modo de produção capitalista somente será possível a emancipação política dos sujeitos, que se dará no momento em que o mesmo rompe com a alienação e cria formas de superação desse modo de produção. Com isso a partir da ruptura é que pode emancipar-se humanamente.

conquista da democracia política que, em pauta, possibilitou reflexões da categoria profissional a disputa entre projetos societários diferentes daqueles que somente respondiam aos interesses da classe dominante. A partir da derrota da ditadura é que o serviço social impulsiona discussões e se atrela aos movimentos da classe trabalhadora e, por consequência, se imbuí na constituição de um novo projeto profissional (NETTO, 2009).

O serviço social se constituiu nos últimos anos como uma área de produção de conhecimentos, apoiada por agências públicas de fomento à pesquisa. Nessa acumulação teórica o que teve de maior relevância foi a incorporação de uma matriz teórico-metodológica compatível com a ruptura com o conservadorismo profissional, inspirada na tradição marxista. Isso propiciou a hegemonia de concepções teóricas e metodológicas sintonizadas com o projeto societário da classe trabalhadora, com a crítica radical das relações econômicas e sociais vigentes (NETTO, 2009).

É a partir desse movimento que a categoria profissional reconhece a questão social como objeto de intervenção, com o redimensionamento do ensino no intuito de responder com eficácia e competência as demandas profissionais e as demandas emergentes na sociedade brasileira na construção de um novo perfil profissional que passasse a entender a luta de classes na sociedade capitalista, tendo no núcleo do projeto profissional o reconhecimento da liberdade como valor ético central, compromisso com a autonomia, a emancipação e a plena expansão dos indivíduos sociais. O projeto profissional se vincula a um projeto societário que propõe a construção de uma nova ordem social, sem exploração/dominação de classe, etnia e gênero (NETTO, 2009).

O movimento de renovação crítica do serviço social derivou em significativas alterações nos campos do ensino, da pesquisa e da organização política, buscando assegurar o serviço social atrelado aos novos tempos, de modo a construir respostas que possibilitassem a profissão a adequar-se criticamente às exigências do tempo presente (IAMAMOTO, 2010). No que tange a expressão questão social ela historicamente foi tratada sob ângulo do poder, vista como ameaça que o protagonismo da classe operária representava à ordem burguesa, porém o que ela traduz encontra-se no centro da análise de Marx (1989) de acordo com a lei geral de acumulação capitalista.

Considera-se que tal problematização é de fundamental relevância para a superação de possíveis vieses mecanicistas a respeito do objeto profissional suscitando

reflexões referentes aos fundamentos teóricos, instrumentos, intervenção e dimensão política de forma a qualificar o trabalho profissional. O presente trabalho foi desenvolvido a partir de questionamentos oriundos do estágio supervisionado desenvolvido na política de saúde, relacionando-se a questões do objeto de trabalho do/a assistente social, intervenção profissional, e produto⁶ do trabalho, em uma pesquisa com assistentes sociais dos espaços sócio-ocupacionais da saúde. Dessa forma buscou-se através do problema de pesquisa identificar como os/as assistentes sociais vinculadas à política de saúde, no município de São Borja evidenciam as expressões da questão social como manifestação singular do objeto de trabalho profissional.

No que refere-se à metodologia, ela aborda os procedimentos e as ferramentas para fazer ciência. Desenvolve a preocupação de captar a realidade assim como ela é. A finalidade básica da ciência é a pesquisa e a metodologia é o caminho percorrido na construção do conhecimento (DEMO, 2010). O método utilizado neste estudo é o materialista histórico e dialético, de Karl Marx, o qual não organizou seu método sistematicamente, mas proporcionou a base necessária para a teoria que se dá pela dialética materialista (PRADO JUNIOR, 2001).

O método materialista histórico e dialético considera que é a partir da base material que ocorre a construção das ideias. O conhecimento é produzido a partir do momento histórico presente, levando em consideração os acontecimentos históricos de modo dialético, por que a realidade se apresenta de maneira contraditória, mudando a todo instante, mas seguidas de alguma continuidade (LEFEBVRE, 1991 apud GOIN, 2016).

A explicação da realidade se constitui por elementos quantitativos e qualitativos, objetivos e subjetivos, particulares e universais que se conectam entre si, se tornando a unidade dialética. Conforme menciona Prates (2012), terá de haver identificação e reconhecimento para explicar as transformações em diferentes estágios de um fenômeno, de uma realidade ou de um sujeito. Uma criança não nasce com condições de caminhar nos seus primeiros meses de vida, será preciso dentre outros condicionantes o estímulo, por exemplo, como um dado quantitativo para que isso aconteça. Embora a questão proposta por Marx (2006), de transformação do real seja central, para que isso aconteça é necessário,

⁶ O produto do trabalho do/a assistente social refere-se à dimensão política, a finalidade empreendida no mesmo.

“a visibilidade ao movimento, sua apreensão integral e propostas para incidir no real precisam ser viáveis, portanto, contemplar processos e resultados, argumentos que se pautem em dados quantitativos e qualitativos” (PRATES, 2012, p.117).

A partir de Marx (1989), é possível mensurar leis universais que são indissociáveis da dialética. Conforme Engels apud Konder (2008), é preciso atentar-se na defesa do caráter materialista do método, tal como Marx e Engels (2005) a concebiam, desta forma é preciso evitar que a dialética da história humana seja analisada como se não tivesse nada a ver com a natureza, de forma que o homem não tivesse uma dimensão natural. Portanto a abordagem inicia sua trajetória a partir da natureza. Para tanto, concentrou-se nas leis gerais da dialética que são comuns tanto à história humana quanto à natureza.

A lei da passagem da quantidade à qualidade se dá no sentido de que as coisas não mudam no mesmo ritmo, mas o processo de mudança passa por períodos lentos, onde acontecem pequenas alterações denominadas quantitativas e por períodos de aceleração, onde acontecem alterações radicais havendo a mudança qualitativa. A segunda lei, lei da interpenetração dos contrários acontece no sentido de que os aspectos da realidade se entrelaçam e em diferentes momentos dependem uns dos outros, onde os sentidos se opõem, mas mesmo assim constituem uma unidade. A lei da negação da negação diz respeito a realidade no sentido de que não se esgota em contradições, nem se perde em uma repetição de conflitos entre teses e antíteses, entre afirmações e negações, mas acaba por prevalecer uma síntese resultante da negação da negação (KONDER, 2008).

Nessa ótica, a pesquisa se caracteriza como qualitativa, a qual se desenvolve a partir de análises de significados, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que contribuirá para chegar além da aparência dos fatos, seguindo para o que está oculto ou subjetivo, contemplando um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos. A dialética considera a compreensão e a relação com o todo, onde não só a exterioridade, mas também a interioridade são constitutivas dos fenômenos. Muito além de capturar uma região visível e concreta, que se dá através da pesquisa quantitativa, este projeto de pesquisa busca entender aquilo que não está perceptível nas relações humanas (MINAYO, 2001). O estudo é de cunho qualitativo descritivo, pois tratará de analisar a compreensão de profissionais sobre determinado tema onde, segundo Gil (2002), tem como objetivo o aprimoramento de ideias ou a descoberta de

intuições refletidas anteriormente, com o contributo de revisão bibliográfica que será realizada em materiais já elaborados, como livros e artigos científicos.

É uma pesquisa de campo e a coleta de dados se deu com profissionais que trabalham nas seguintes instituições da área da saúde do município de São Borja: Hospital Ivan Goulart, Clínica Renal Ivan Goulart, Centro de Apoio Psicossocial I (CAPS I), e Núcleo de Apoio à Saúde da Família (NASF). A amostra se deu do tipo intencional, com quatro assistentes sociais das instituições já citadas, que são representadas aleatoriamente pelas letras A, B, C e D afim de garantir o sigilo das pessoas participantes. O convite para a pesquisa foi realizado por meio de contato telefônico, momento em que explicou-se a pesquisa, a importância da participação e o agendamento da entrevista. Após esse primeiro contato com as profissionais foi feita a visita institucional e realizada uma entrevista semiestruturada elaborada pela própria pesquisadora, mediante a assinatura do termo de consentimento livre e esclarecido.

A partir da coleta de dados, foi realizada a análise com a técnica de análise de conteúdo, a qual se refere ao conjunto de técnicas de análise das comunicações (BARDIN, 2009). A análise de conteúdo se dará em três fases cronológicas, sendo a pré-análise onde se dá a organização do que foi coletado, sistematizando as ideias iniciais desenvolvendo um plano de análise; em segundo, a exploração do material, que tomando por base as decisões feitas na pré-análise, enumera ou codifica em função do que já está formulado; e o terceiro, faz menção ao tratamento dos resultados obtidos e interpretação onde são analisados os resultados e realizadas inferências.

Os capítulos foram desenvolvidos a partir das seguintes categorias teóricas: questão social, fundamentos teóricos, instrumentos e estratégias metodológicas e produto. Dessa forma para que fosse possível explicar as categorias teóricas foi percorrido no capítulo dois deste estudo sobre os fundamentos epistemológicos da questão social bem como sua gênese e suas manifestações na contemporaneidade. No capítulo três foi abordada a questão social como objeto de trabalho do/a assistente social, da prática aos processos de trabalho. No quarto e último capítulo é analisado os dados da pesquisa na política de saúde, no município de São Borja, considerando as expressões da questão social como manifestação singular do objeto de trabalho profissional.

Como resultados da pesquisa evidenciou-se a fragilidade teórica em relação a compreensão do objeto de trabalho, surgindo várias concepções acerca da questão

social, identificando que as assistentes sociais tem dificuldade em intervir nela. Quanto aos critérios de definição dos instrumentos percebeu-se que as assistentes sociais alienam-se quanto à escolha dos mesmos, uma vez que passam a reproduzir a identidade atribuída nos espaços sócio-ocupacionais. A dimensão política impressa no trabalho das profissionais entrevistadas é reduzida à defesa da cidadania formal.

2 OS FUNDAMENTOS EPISTEMOLÓGICOS DA QUESTÃO SOCIAL

Nesse capítulo será discorrido sobre o objeto de trabalho do/a assistente social, tratando da gênese da questão social, contextualizando suas expressões a partir do surgimento do modo de produção capitalista. Será abordada a questão social na contemporaneidade considerando as fases do capitalismo.

2.1 GÊNESE DA QUESTÃO SOCIAL

Não raro é possível ouvir nos dias de hoje indagações como: “vivemos na pior época da nossa sociedade”, ou então: “A má administração pública traz consigo o desemprego e outros problemas sociais”. A primeira vista analisando essas afirmações, considera-se que as expressões da questão social se dão em âmbito particular, ou seja, que são advindas de governos X e/ou Y e da ineficiência da gestão pública como uma resposta simplória a questões que existem no decorrer da história e que se manifestam de diversas maneiras, como resultado de um modo de produção sustentado de um lado pela apropriação e, de outro, pela expropriação da maior parte dos sujeitos: os trabalhadores.

Dessa forma, inicialmente é preciso apreender a questão social como indissociável da sociedade capitalista e, mais precisamente, do caráter adquirido pelo trabalho e pelo Estado na expansão do capital. Em outros termos: da produção que é coletiva e da apropriação privada do resultado do trabalho humano (coletivo). A manifestação dessa contradição entre a burguesia e o proletariado expressa desigualdades econômicas, políticas, sociais e culturais, vinculadas a sua gênese - da sociedade capitalista - e sua dinâmica orgânica.

De acordo com Netto (2001), o termo questão social passou a ser utilizado na terceira década do século XIX por críticos da sociedade e filantropos. Surge como um modo de explicar um fenômeno evidente que, a partir da industrialização iniciada na Inglaterra, passa a ocorrer: o pauperismo. A partir disso, se constata o aspecto mais imediato da instauração do capitalismo em seu estágio industrial e a massiva pauperização da população trabalhadora. Foi somente quando os pauperizados não se conformaram com a situação em que viviam e protestaram das mais diversas formas contra a ordem que se instaurava, fazendo com que houvesse uma ameaça as instituições sociais postas. O aparente pauperismo passou a ser designado como

questão social e teoricamente entendido como produto não somente das desigualdades de classe no modo de produção capitalista, mas das manifestações de resistência da classe trabalhadora.

Antes da revolução industrial, do tradicional trabalhador que dedicava-se a tecelar em casa e a cultivar suas terras, foi ascendendo um sujeito de novo tipo, produto da expansão dos meios de produção da nascente maquinofatura. Tornou-se cada vez mais restrito aos demais tecelões a concorrência com os donos das máquinas no sentido da produção, pois obviamente fabricavam muito mais do que eles sozinhos. O cultivo nas horas livres, escolhidas segundo a sua vontade e disponibilidade, onde cada um determinava o tempo, a duração do seu trabalho e a forma como iria trabalhar passou a perder o sentido juntamente com a autonomia frente ao que produzia (ENGELS, 2008).

Este camponês que lavrava a terra com pouco cuidado e sem grande proveito tinha seus pés no seu campo, possuía uma habitação e sua autonomia despontava em relação ao moderno operário inglês. Sua condição era relativamente melhor do que seus sucessores, pois não precisavam receber ordens e trabalhar de modo demasiado, no sentido de não ter tempo para si, para o lazer, para questões pessoais, etc. Não faziam mais do que desejavam, ganhavam para suprir suas necessidades e dispunham de tempo para um trabalho sadio em seu campo que, muito ao contrário de um sacrifício, era um modo de distração. Dos espaços rurais, foram inserindo-se nas cidades, na medida em que o novo modo de produção instaurava-se, pois não tinham outra opção senão submeter-se a esses empregos, uma vez que se tornava insustentável competir com as máquinas (ENGELS, 2008).

A primeira máquina a ser criada foi chamada de “Jenny”, construída em 1764 pelo tecelão James Hargreaves, a qual funcionava manualmente, que ao invés de um só fuso, como na roda comum de fiar a mão, tinha dezesseis ou dezoito, acionados por um só operário, o que proporcionava a produção de muito mais fios e tornava a demanda de tecido acrescida em face da redução de seu preço decorrente da diminuição dos custos de produção atribuído pela nova máquina. Aos poucos, aumentava a necessidade de mais tecelões nas fábricas, abandonando dessa forma o velho tecelão, suas ocupações agrícolas e dedicando-se inteiramente à produção industrial (ENGELS, 2008).

Aos poucos, a classe dos tecelões-agricultores foi desaparecendo, sendo absorvida pelos tecelões industriais, que ao contrário de antes, viviam apenas de seu

salário e não possuíam propriedade. A partir daí o sistema fabril tornou-se o único vigente na fiação do algodão e, mais tarde, à de linho. A dinâmica fabril foi ainda mais impulsionada com a máquina a vapor, inventada em 1764 por James Watt e utilizada, a partir de 1785, para acionar as máquinas de fiar (ENGELS, 2008).

Desde então, o florescimento do comércio e da indústria asseverava o trabalho mecânico sobre o trabalho manual, revelando como os trabalhadores manuais foram sucessivamente deslocados de suas posições pelas máquinas. Como consequência, por sua vez, houve uma rápida redução dos preços de todas as mercadorias manufaturadas, a conquista dos mercados estrangeiros não protegidos, crescimento dos capitais e da riqueza nacional e, concomitante com isso, o crescimento mais rápido do proletariado, juntamente com a falta da segurança de trabalho para a classe operária (ENGELS, 2008).

Do cotidiano pacato que antes se podia visualizar, à degradação moral e as agitações políticas aconteciam como forma de enfrentamento que se originou das situações diversas em que o proletariado era submetido a partir da revolução industrial. Enquanto a classe burguesa ostentava os lucros e o crescimento demasiado do comércio, a classe trabalhadora via-se encurralada diante da nova forma de vida que se organizava. Dos antigos mestres e companheiros sucederam os grandes capitalistas e operários sem nenhuma perspectiva, pois ao proletário não havia qualquer possibilidade de tornar-se burguês (ENGELS, 2008).

Ao passo que antes restava a chance de instalar-se em algum lugar como mestre artesão e talvez contratar companheiros, agora passaram a estar submetidos ao trabalho nas máquinas. Com a necessidade de deter grandes capitais para tocar qualquer iniciativa autônoma, para o operário não restava outra alternativa à sobrevivência. A divisão do trabalho estava rigidamente introduzida. Embora a classe trabalhadora tenha feito a grandeza da Inglaterra, através do trabalho enriquecendo-a, a classe média nada quer saber da miséria dos operários, nem “confessar” que os mesmos são miseráveis (ENGELS, 2008).

Como forma de protesto às degradantes condições impostas pela divisão social do trabalho – oriundo da divisão de classes - houveram rebeliões violentas contra a introdução das máquinas, nos primeiros passos do movimento industrial que inicia-se a oposição à burguesia por parte da classe operária. Os primeiros inventores passam a ser perseguidos e suas máquinas destruídas, concomitante com outra série de revoltas contra as máquinas, tendo várias fábricas demolidas. Esse movimento da

classe operária, ainda era uma forma de oposição isolada e limitada a determinadas localidades e logo que os operários atingiam seu objetivo, os responsáveis eram reprimidos violentamente e, sem poder de defesa, eram castigados enquanto as máquinas continuavam a ser introduzidas (ENGELS, 2008).

Associações foram sendo criadas em meio a situação precária de miséria que a classe trabalhadora vivia, sem acesso a saúde, alimentação e ambientes dignos de trabalho para constituir greves enquanto movimentos de resistência. Exigiam de seus membros juramentos de fidelidade e segredo, porém a clandestinidade impedia seu desenvolvimento. Em 1824, os operários tiveram o direito à livre associação, o que levou a sua expansão com o objetivo de proteger o operário contra a tirania e o descaso da burguesia. Dentre as finalidades estava fixar o salário, regulação dele em relação aos lucros patronais, aumentá-los no momento propício e mantê-los no mesmo nível para cada ramo de trabalho. Trataram de negociar com os burgueses uma escala salarial a ser cumprida por todos e recusar empregos oferecidos por aqueles que não respeitassem esse acordo. Nesse sentido, os trabalhadores tecem suas lutas contra os interesses da burguesia, que consiste precisamente desde a revolução industrial na exploração dos trabalhadores, causa genética da questão social (ENGELS, 2008).

Para Marx (1989), o capital, como um vampiro suga a energia vital dos trabalhadores e para operacionalizar esse processo os capitalistas necessitam dividir a jornada de trabalho em tempo de trabalho necessário e tempo de trabalho excedente. O tempo necessário corresponde ao tempo de trabalho no qual os trabalhadores trabalham para si, já o tempo de trabalho excedente constitui-se como o tempo de trabalho no qual produzem mais valia. No entanto, essa divisão do tempo da jornada de trabalho não fica nítida para o trabalhador que aliena-se do planejamento do seu processo de trabalho não identificando as horas em que trabalha para si e as horas em que é explorado.

O capitalista para produzir mais valor precisa investir em fatores de produção que podem ser classificados como capital constante e capital variável (MARX, 1989). O capital constante corresponde as matérias primas e aos meios de produção pelos quais o capitalista paga o valor integral, já o capital variável corresponde a força de trabalho que o capitalista remunera parcialmente (MARX, 1989). A mais valia se materializa no valor de troca que é produzido na quantidade de mercadorias produzidas em determinado tempo de trabalho (MARX, 1989). Nessa ótica os

capitalistas para aumentar a quantidade de mercadorias produzidas aumentam o tempo excedente da jornada de trabalho (MARX, 1989).

No início do capitalismo a regulação estatal ocorria por um modo de gestão totalmente liberal, ou seja, o Estado só intervinha garantindo o direito a liberdade dos sujeitos e o direito à propriedade privada, as demais relações sociais eram reguladas pelas leis de mercado (COUTINHO, 1999; MARX, 1989). Nesse contexto não havia nenhuma regulação estatal na relação de compra e venda da força de trabalho, a mercadoria força de trabalho era vendida pelo trabalhador ao capitalista por meio de acordos estabelecidos entre sujeitos “livres”.

Essa liberdade no caso dos trabalhadores era meramente formal, visto que os trabalhadores detinham apenas sua mercadoria força de trabalho para intercambiar no mercado e adquirir meios de subsistência em um contexto no qual os capitalistas ampliavam sem medidas o tempo da jornada de trabalho para aumentar a produção de mais valia, processo que gerava impactos negativos na vida dos trabalhadores que tinham quase que todo seu tempo de vida dedicado ao trabalho prejudicando suas demais práxis no âmbito familiar e social. Conforme Marx (2004, p. 160), *“A culminação de tal servidão é que ele só pode manter-se enquanto sujeito físico enquanto trabalhador e só é trabalhador enquanto sujeito físico”*.

Esse processo determinado pela produção de mercadorias dividia a sociedade em duas classes sociais com interesses contraditórios, para uma era necessário aumentar o tempo de trabalho excedente e para outra essa intensificação da jornada de trabalho implicava em privações em suas formas de sociabilidade. Conforme Marx (1989), a classe trabalhadora sentia esses impactos da produção de mercadorias em suas vidas, mães esqueciam seus filhos nas fábricas, a expectativa de vida dos trabalhadores era baixa, suas condições habitacionais eram precárias, seu acesso a vida genérica era restrito e essas privações favoreceram o trânsito da classe em si para a classe para si na consciência dos trabalhadores que amadureciam seu reconhecimento de classe que foi mediado por lutas concretas. Nos termos de Coutinho (1999), essas lutas concretas giravam em torno da regulação estatal da jornada de trabalho por meio de uma lei para limitar a exploração dos trabalhadores a dez horas diárias.

Na luta pela regulamentação estatal da compra e venda da força de trabalho os trabalhadores tomaram consciência da necessidade de lutar pelos direitos políticos, já que nesse período era proibida a organização política dos trabalhadores em

sindicatos e partidos políticos (COUTINHO, 1999; MARX, 1989). Através de muitas lutas em um movimento de avanços e recuos os trabalhadores foram amadurecendo sua consciência de classe e aperfeiçoando estratégias de luta, visto que no início revoltavam-se contra as máquinas e eram duramente reprimidos pela política a serviço do estado totalmente burguês. A partir de avaliações dessas lutas os trabalhadores foram criando outras estratégias em um processo no qual passou-se a pautar os direitos políticos e a lei de regulamentação da compra e venda da força de trabalho. No século XIX, os trabalhadores conquistam esses direitos e obrigam a burguesia a reconhecer os trabalhadores como uma classe social com interesses próprios, em oposição aos interesses burgueses.⁷

Pode-se inferir que quando o Estado regulamentou a relação de compra e venda da força de trabalho, ele abandonou, embora muito parcialmente, seus princípios liberais e que nesse momento da história o Estado deixou de ser um comitê executivo da burguesia como afirmou Marx no manifesto comunista em 1848. Para Coutinho (1999), o próprio Marx reconhece a regulamentação da jornada de trabalho de dez horas como a primeira vitória da economia do trabalho sobre a economia do capital, reconhecendo o avanço dessa legislação no sentido de atender demandas dos trabalhadores.

Nos termos de Iamamoto (2001, p. 11) *“a questão social é indissociável do processo de acumulação capitalista”*. Conforme a autora, a questão social é produzida em um terreno de disputas de projetos societários pois uma classe deseja aumentar a exploração e a outra sofre impactos dessa exploração. Conforme Iamamoto (2001, p. 15-16) o capitalismo *“gera, assim, uma acumulação da miséria relativa à acumulação do capital, encontrando-se aí a raiz da produção/reprodução da questão social na sociedade capitalista”*.

A história da classe trabalhadora desde o desencadeamento da revolução industrial na metade do referido século (século XIX) é possível perceber como esse modo de produção produziu e produz a sua opressão no decorrer da história, sob diferentes aspectos.

⁷ É justamente nesse momento que o serviço social surge, quando os capitalistas necessitam rever suas formas de manutenção da hegemonia que não pode ser legitimada somente pela força bruta em virtude do amadurecimento político dos trabalhadores. O serviço social vem para ocultar os antagonismos de classe e fragilizar a consciência política da classe trabalhadora. Pode-se inferir que a profissão surge para ocultar a contradição fundamental do modo de produção capitalista (MARTINELLI, 1991).

Nesse sentido, considerando a obra de Engels em relação à classe trabalhadora na Inglaterra, com a invenção da máquina a vapor e das máquinas destinadas a processar algodão, tornou-se esse o clássico país para o desenvolvimento do então mencionado proletariado. Da mesma forma, no manifesto do partido comunista, Karl Marx e Friedrich Engels apontam que o capitalismo criou mais do que novas classes, mas novas condições de opressão e novas formas de lutas. A sociedade divide-se em dois campos opostos cada vez mais visíveis: a burguesia e o proletariado. Os proprietários dos meios de produção, que empregam o trabalho assalariado – leia-se proletariado –, constituem a burguesia, que superam a manufatura em prol da constitutiva indústria moderna, levando a média burguesia manufatureira a ceder lugar aos milionários da indústria, estes denominados como a classe dos burgueses modernos (MARX; ENGELS, 2006).

Com o desenvolvimento da burguesia, desenvolve-se também a classe proletária, ou seja, dos trabalhadores assalariados que contém unicamente sua força de trabalho. Os proletários que não detém os meios de produção são obrigados a vender sua força de trabalho para sobreviverem em meio a essa trama, subjugados as mais variadas condições. Nesse contexto adverso é que se dá a conhecida gênese da questão social.

“As armas que a burguesia utilizou para abater o feudalismo voltam-se hoje contra a própria burguesia. A burguesia, porém não forjou somente as armas que lhe trarão a morte; produziu também os homens que manejarão as armas” (MARX; ENGELS, 2006, p. 91).

Conforme o manifesto do partido comunista os proletários cientes de suas condições de classe lutarão contra aqueles que os criaram, que os exploram, pois terão a arma da revolução em suas mãos.

2.2 A QUESTÃO SOCIAL NA CENA CONTEMPORÂNEA

Na contemporaneidade, a questão social continua a manter os traços essenciais e constitutivos da sua origem, sendo possível afirmar que existem diferentes estágios capitalistas e diferentes modos e respostas dadas pela sociedade como forma de reação a eles. A vista disso, é necessário *“pensar a questão social na*

sua totalidade e como parte do movimento da própria sociedade capitalista” (PASTORINI, 2010, p. 21). Para a autora, o desemprego, a pobreza e o não acesso da população aos direitos básicos, por exemplo, são questões a serem apreendidas a partir de como a sociedade está estruturada, levando em consideração as lutas da classe dominada no decorrer da história.

Se a realidade é uma totalidade em movimento, ela só pode ser entendida na medida em que se capture o progresso histórico, mas não pensando linearmente (como cortes: passado/ presente/ futuro), nem como uma sucessão de fatos, e sim numa relação dialética, de continuidades e rupturas, entre passado e presente (PASTORINI, 2010)

Com o aumento do desemprego no setor industrial e crescimento da precariedade das condições de trabalho decorrentes da reestruturação produtiva⁸ amplos segmentos populacionais ficaram sem emprego, ou com vínculos de trabalho precário. Além disso, nesse período houve a regressão dos direitos sociais o que agravou a pobreza. Esse cenário contribuiu para alguns autores defenderem a tese de existência de uma nova questão social. No entanto, não constataram que esses novos fenômenos são consequências da revolução tecnológica, mas continuam ligados ao modelo industrial. No início, nos países desenvolvidos, o trabalho era de certa forma garantido, os trabalhadores reivindicavam melhores condições e menos horas trabalhadas.

Essas teses que corroboram com a tese da “nova questão social” concebem os fenômenos contemporâneos como produtos da sociedade pós-industrial. O desemprego é concebido como o mal da história, tornando-se preocupação de inúmeros países que levantam propostas de uma sociedade do tempo livre.

Conforme Castel (2000), o trabalho deixou de ser o elemento de “coesão social”. Para ele, aquela sociedade que consolidou seus laços de solidariedade mediante o pleno emprego do Estado de bem-estar social e da produção em massa entrou em crise. Nesse contexto, o trabalho assalariado deixou de ser o elemento

⁸ O processo de reestruturação produtiva foi desencadeado como resposta à crise estrutural do capital, tendo como objetivo a recuperação do seu ciclo reprodutivo. O propósito era reestruturar o capital sem transformar os pilares do modo de produção capitalista. Para tanto, era preciso reestruturar o padrão produtivo estruturado a partir do taylorismo/fordismo, procurando a reposição dos níveis de acumulação existentes no período anterior à crise, mais especificamente no pós-1945, utilizando-se de novos e velhos mecanismos de acumulação (Antunes, 2005).

integrador na sociedade e, de certa forma, perdeu sua “centralidade” como fator organizador da vida em sociedade. Devido ao desemprego estrutural, desenvolveram-se processos sociais que se manifestam por intermédio da exclusão e da desfiliação social de uma parte da população que não encontra lugar na “sociedade salarial”. Ou seja, os excluídos e os desfilados expressam a fratura e a desagregação dos laços de solidariedade construídos com base no trabalho assalariado e no pleno emprego.

Infere-se que atualmente um grande contingente da classe trabalhadora encontra-se à margem da sociedade, excluída do mercado de trabalho. Alguns desses trabalhadores excluídos jamais conseguiram inserção no trabalho formal, regulamentado e protegido.

Os processos sociais que determinaram essa exclusão, no entanto, têm raiz na forma como a sociedade se organiza para produzir mercadorias, ou seja, é o movimento do capital no sentido de reduzir o tempo socialmente necessário para produzir mercadorias por meio da intensificação da utilização do trabalho morto com redução do trabalho vivo, que produz a exclusão social. Ou seja, *“é a própria centralidade do trabalho abstrato que produz a não centralidade do trabalho, presente na massa dos excluídos do trabalho vivo”* (ANTUNES, 2005, p. 121).”

Os autores que fazem apologia ao tempo livre, onde metade do tempo o trabalhador venderia a força de trabalho e a outra metade pudesse estar preocupado com questões pessoais que lhe fosse conveniente desconsideram as condições objetivas de vida que conduzem os trabalhadores a dedicarem-se ao trabalho na maior parte de seu tempo de vida em função de necessidades de sobrevivência e de acesso aos bens de consumo produzidos pelos próprios trabalhadores. Nos termos de Pastorini (2010), uma sociedade na qual os sujeitos estão alienados dos meios de produção, do planejamento e do produto do trabalho, assim como de seus semelhantes e de si mesmo, não possibilita a liberdade para dedicação as demais práxis, política, artística, religiosa, cultural e de lazer porque os trabalhadores são explorados no trabalho e no tempo livre vão buscar outras formas de ganho para melhorar suas condições de subsistência. Para autora a emancipação do trabalho só pode se dar no trabalho e pelo trabalho.

Castel apud Pastorini (2010), entende que atualmente estamos diante de uma “nova versão da questão social”, a qual vem exibindo diferentes formulações e versões. Há também outros autores que afirmam que a questão social é algo natural da sociedade e que não pode ser mudada. Heller e Féhér colocam que a questão

social sempre existirá, e citam o “mito esquerdista”, que segundo eles, seria a ideia de resolução da questão social através da sociedade comunista. Conforme Pastorini (2010, p.76),

[...] os autores partem do pressuposto de que: a) determinadas problemáticas sociais tais como pobreza, fome, sofrimentos físicos, indigência, desigualdades de gênero e raça etc. são problemas milenares e b) é uma característica quase eterna que os pobres se rebelam contra os ricos.

Esses autores afirmam que a questão social é um variado conjunto de problemas da sociedade moderna, que decorre naturalmente a partir do progresso tecnológico e social, concluindo que a lista de problemáticas sociais irá crescer permanentemente a partir da modernidade. Porém, para Pastorini (2010), as particularidades na forma que assume a questão social nos países e nos diferentes momentos históricos vão depender também das peculiaridades históricas em cada formação econômica e social, como o nível de socialização política, características do Estado e as estratégias de organização do capital. As mudanças no mundo da produção e reprodução levam exatamente à compreensão das expressões contemporâneas da questão social, diferente daquela dos séculos anteriores – e não de uma propalada “nova questão social”. Todavia, trata-se sim de um conjunto de problemas que dizem respeito à forma como os homens organizam-se. Sua gênese continua articulada ao conjunto de processos sociais decorrentes da produção de mercadorias que conduz a superexploração do trabalhador (PASTORINI, 2010).

Diferentes estágios capitalistas produzem diferentes manifestações da questão social – *“esta não é uma sequela adjetiva ou transitória do regime do capital: sua existência e suas manifestações são indissociáveis da dinâmica específica do capital”* (NETTO, 2001, p. 45). A existência da questão social está determinada a partir da exploração na relação capital/trabalho, sendo assim, não é possível acabar com ela conservando o capitalismo, a derrota do capital determinará a superação da questão social.

Nesse contexto, a avalanche neoliberal aponta para o fim do Estado interventor, para a redução do gasto público destinado às políticas sociais e, cada vez mais, para a desenfreada subordinação da classe trabalhadora. É preciso frisar que os problemas da sociedade capitalista estão inteiramente ligados na desigual

socialização da riqueza socialmente produzida, tendo sua origem na exploração dos trabalhadores e a concentração dos meios de produção nas mãos de poucos. Assim, é preciso entender que não se trata de uma questão nova, mas tampouco idêntica à questão social no século XIX, uma vez que é preciso apreender que nenhuma delas foram resolvidas ou superadas. A base comum da questão social desde a revolução industrial se dá na exploração dos trabalhadores, a fim de aumentar o capital que está concentrado numa única classe, a burguesa.

Conforme menciona Santos (2008), o desemprego como expressão da questão social contemporaneamente tem diferenças existentes em relação ao trabalho dos países cênicos, evidenciando a flexibilidade estrutural do mercado de trabalho que produz altos índices de rotatividade da mão de obra, marcando um determinado padrão de exploração da força de trabalho e também da disponibilidade do trabalho para o capital. O baixo custo da força de trabalho, que chega a ser seis a sete vezes inferior ao dos países desenvolvidos faz com que o padrão de desenvolvimento capitalista propicie vantagens monopolistas. A disponibilidade da mão de obra no país acaba sendo,

“resultante da manutenção das estruturas fundiárias concentradas, somadas ao perfil da legislação sobre o trabalho no Brasil, cujos parâmetros de proteção social no Brasil foram instituídos de modo seletivo” (SANTOS, 2008, p. 161).

Esses processos próprios da particularidade da questão social na formação sócio histórica da sociedade brasileira acabaram fazendo com que o desemprego e a informalidade fossem realidade no país. Com isso, as formas de trabalho mais instáveis e menos protegidas ampliam-se como força disciplinadora do trabalho no momento em que o trabalhador tem medo de perder o emprego. Com a força de trabalho barata em abundância e um mercado de trabalho historicamente flexível, o desemprego acaba sendo marcado pelo baixo nível de proteção social, sendo as medidas de atendimento aos desempregados e trabalhadores informais portadoras da descontinuidade e da focalização típicas do processo atual reifilantropização da questão social (SANTOS, 2008).

Com as novas tecnologias ocasiona-se a redução dos postos de trabalho no setor industrial, os trabalhadores passaram a sofrer os impactos do desemprego tecnológico. No mundo do trabalho contemporâneo a precarização dos vínculos por

meio de contratos informais e por tempo determinado torna-se predominante. É necessário frisar que esses trabalhadores exercem inúmeras funções mas o que os liga enquanto unidade de classe é o fato de estarem desprovidos dos meios de produção. Os trabalhadores informais, que trabalham por conta própria também fazem parte da classe trabalhadora do final do século XX ao início do século XXI, assim como os desempregados e os que passaram a ocupar postos de trabalho no setor de serviços. Atualmente grande parte da classe trabalhadora da sociedade encontra-se, excluída do mercado de trabalho, sendo que alguns deles nem sequer conseguiram inserção no trabalho formal, regulamentado. Essa exclusão é determinada por processos sociais que decorrem de como a sociedade se organiza para produzir mercadorias (FERREIRA, 2012).

A ciência tem se desenvolvido e se tornado importante para a humanidade, porém o conhecimento que é gerado pelo progresso científico não vem sendo socialmente distribuído com a finalidade de satisfazer as necessidades sociais dos seres humanos, mas para a manutenção da lógica do capital na produção de valores de troca, ao transformar os inventos científicos em mercadoria intensificando a extração de mais valia relativa. Com o aumento da tecnologia é produzido mais em menos tempo, aumentando o desemprego e a pobreza (FERREIRA, 2012). Os desempregados submetem-se às situações mais diversas para sobreviver não tendo seu tempo livre para dedicarem-se aquilo que lhes faz bem, de forma a construir a liberdade dedicando-se a várias atividades livremente. Eles passam a vivenciar processos de desumanização e embrutecimento humano, que são radicalizados contemporaneamente, intensificando a falta de autonomia sobre suas próprias vidas, assim a vida dos seres humanos fica mais reduzida ao trabalho abstrato. Conforme Engels e Marx (2005),

[...] com a divisão do trabalho ocorre ao mesmo tempo a contradição entre o interesse individual ou da família isolada e o interesse coletivo da totalidade dos indivíduos que se relacionam entre si; [...] desde o momento em que o trabalho começa a ser dividido, cada um dispõe de uma esfera de atividade exclusiva e determinada, que lhe é imposta e da qual não pode sair; o homem é caçador, pescador, pastor ou crítico-crítico, e aí permanecerá caso não queira perder seus meios de sobrevivência [...] já na sociedade comunista, onde o indivíduo não tem uma única atividade, mas pode aprimorar-se no ramo que o satisfaça, a produção geral é regulada pela que me dá a possibilidade de hoje fazer determinada coisa, amanhã outra, caçar pela manhã, pescar à tarde, criar animais ao anoitecer, criticar depois do jantar, segundo meu desejo, sem jamais me tornar caçador, pescador, pastor ou crítico [...]. (p. 13)

Nesse momento em que o trabalhador não tem autonomia sobre as atividades que desenvolverá no decorrer da sua vida ele intensifica o processo que o reduz ao trabalho, mesmo desempregado, não pode usar esse fato para desempenhar outras atividades, pois encontra-se ligado à lógica do capital e precisará sobreviver, por isso, terá que mover-se em busca de emprego. Em uma outra sociedade, a comunista, o trabalhador poderá desenvolver saberes e atividades conforme deseja, sem exploração da sua força de trabalho. Uma sociedade em que os seres humanos possam dialogar livremente e dedicarem-se aquilo que lhes traga prazer requer a superação do modo de produção capitalista e de formas alienadas de trabalho.

É preciso salientar que todo o movimento de reestruturação do capital ampara-se na mudança da regulação estatal, pois a crise capitalista não reside em dificuldades para produzir mercadorias, mas sim nos obstáculos para a circulação das mesmas. Ocorre que os capitalistas em razão da concorrência intercapitalista buscam reduzir o tempo necessário a produção de mercadorias através da introdução de trabalho morto na composição orgânica do capital. Isso gera desemprego que ocasiona escassez de mercado consumidor de mercadorias.

Como resultado disso a circulação da mercadoria fica prejudicada e o capitalista só se apropria da mais valia quando realiza⁹ a mercadoria. Portanto, em momentos de crise da esfera da circulação, o capitalista opta por não reinvestir seus lucros na produção destinando seus investimentos para o setor financeiro através de compra de ações e de títulos da dívida pública (IAMAMOTO, 2010; BOSCHETTI; BEHRING, 2008). Em razão disso, os estados devem formar receitas capazes de suprir a demanda de pagamentos dos credores dos títulos públicos, em um processo em que as receitas das políticas públicas são reduzidas para garantir os pagamento dos juros dos credores dos títulos da dívida pública. Por isso, concomitantemente a reestruturação produtiva articulam-se estratégias de regulação estatal neoliberais.

As políticas sociais, representam avanços para a classe trabalhadora, mas para a burguesia tem como intuito o enfrentamento das situações das quais possam desestabilizar a ordem burguesa que passa a ceder tais direitos afim da manutenção

⁹ Realizar a mercadoria é vender ela, problemas na realização das mercadorias comprometem a reprodução do capital.

da ordem. Somente as políticas não superam as “raiz da questão”, apenas enfrentam algumas das manifestações da questão social. Portanto os trabalhadores devem ampliar a disputa pelo fundo público com o capital financeiro.

3 A QUESTÃO SOCIAL COMO OBJETO DE TRABALHO DO/A ASSISTENTE SOCIAL

Nesse capítulo será abordada a mudança representada pela superação da visão endógena da profissão materializada pela mudança do entendimento da prática profissional pela compreensão da profissão como um trabalho, inserida em processos de trabalho. Também discorre sobre a necessidade de reelaborar o objeto de trabalho e enfatiza como o profissional exerce sua autonomia relativa nesse processo, assim como os limites e possibilidades para operacionalizar o trabalho profissional.

3.1 DA PRÁTICA AOS PROCESSOS DE TRABALHO

O serviço social passou a realizar reflexões acerca da profissão como sendo trabalho no final da década de 1980 e durante a década de 1990. Nesse momento os/as assistentes sociais passaram a perceber o serviço social como uma especialização inserida na divisão sócio-técnica do trabalho. Houve, com isso, a ruptura com a concepção endógena de ver a profissão, que entende a prática isolada, desconectada do contexto social e do modo de produção vigente (IAMAMOTO, 2005).

Os/as assistentes sociais reconheceram-se como trabalhadores assalariados que vendem sua mão de obra pois dependem de uma instituição empregadora, estando a ação profissional concebida como um trabalho inserido em processo de trabalho. Sendo uma especialização do trabalho, o serviço social trabalha no setor de serviços, possuindo uma utilidade social. Todos os fenômenos sociais como desemprego, violência, pobreza, etc., interferem nos processos de trabalho que os/as assistentes sociais integram. Assim, pensar a profissão como trabalho é entender o serviço social dentro de um contexto social que cria desigualdades, que produz impactos na vida da população usuária (IAMAMOTO 2005; FERREIRA, 2008).

Ao conhecer a realidade o/a profissional passa a conhecer o objeto de trabalho que se pretende modificar/transformar. O/a assistente social conhecendo as condições que os sujeitos encontram-se na sociedade e que são geradas pelo modo de produção capitalista poderá entender que estes condicionantes são inerentes aos processos de trabalho e não alheios à ele. No momento de reconhecer o serviço social

como uma especialização do trabalho, precisou-se reconhecer também pela categoria profissional, sua finalidade e os meios para atingi-la (IAMAMOTO, 2005 apud FERREIRA, 2008).

Estando a questão social delimitada como objeto de trabalho do/a assistente social, os meios de trabalho são pertencentes em parte à instituição, compreendendo os computadores, a sala, os recursos financeiros, etc. Os/as assistentes sociais detêm o conhecimento teórico-metodológico, ético-político, e técnico-operativo que constituem também meios de trabalho. O produto do trabalho pode ser o desencadeamento de movimentos reflexivos que visem a transformação da ordem estabelecida, ou que favoreçam a reprodução do status quo.

Conforme Faermann (2014), com o uso dos instrumentos como a documentação, poderá ser possível divulgar dados referentes a vida da população atendida ao torná-los públicos, tanto para os usuários, quanto para os conselhos, governos locais e a população em geral como forma de pressionar os gestores na perspectiva de ampliação de recursos para o social, ou para aquela demanda específica, nesse caso, “a documentação torna-se um instrumento de luta, de negociação e de reivindicação” (FAERMANN, 2014, p. 99). O/a profissional caso não use esse instrumento no sentido de ampliação de direitos da classe trabalhadora somente se utilizará como um fator operacional, reproduzindo assim a identidade atribuída que favorece os objetivos institucionais, pois de acordo com Faermann (2014), qualquer técnica ou recurso não pode ser utilizada como um fim em si mesmo, pois estará isolada do contexto e reduzida ao tecnicismo.

Os/as assistentes sociais buscam entender como os processos decorrentes do modo de produção capitalista geram a questão social e como estes se interpenetram na vida dos sujeitos. É necessário estabelecer que para intervir drasticamente sobre a questão social é necessário modificar a estrutura econômica, transformando a ordem social capitalista. Nesse momento, o trabalho do/a assistente social fomentando a criação de formas de resistência da classe trabalhadora e ampliando demandas da mesma na agenda pública é de extrema relevância para a ampliação de direitos da classe trabalhadora. Porém para ir até a “raíz da questão” é necessário transformar a realidade.

O/a assistente social possui conhecimento em relação aos fundamentos teóricos da profissão que lhes proporciona uma autonomia relativa na execução dos processos de trabalho, pois muitas vezes a instituição que o contrata também solicita

o produto que deseja que o profissional obtenha, que muitas vezes não é a superação da questão social, entendendo a demanda desconectada do contexto social gerado pelo conflito capital-trabalho.

Os conhecimentos teórico-metodológicos acerca do objeto de intervenção são meios de trabalho, assim como as entrevistas, visitas domiciliares, abordagens grupais, individuais, etc., O fato das instituições oferecerem parte dos meios de trabalho faz com que por vezes, a direção do trabalho profissional passa a ser confundido com a direção da instituição e o/a profissional passa a enxergar a realidade também com os olhos da instituição, muitas vezes desconecta do todo, em uma análise somente do aparente. Essa confusão faz com que os profissionais e a sociedade passem a pensar que a finalidade da instituição é muitas vezes igual ao resultado do trabalho do/a assistente social. A dimensão política impressa deverá estar atrelada a transformação da sociedade e não limitando-se à suas ações à defesa de direitos, mas vendo a ampliação dos mesmos como um meio para a mudança da sociedade com vistas à socialização dos meios de produção.

É importante ressaltar que ao mudar a concepção de prática para trabalho inserido em processos de trabalho, foi preciso definir os elementos componentes do processo de trabalho no qual se insere o/a assistente social, já que conforme Marx (1989), os elementos componentes de todo e qualquer processo de trabalho são o próprio trabalho, os meios ou instrumentos de trabalho e o objeto de trabalho.

É necessário compreender que o objeto de intervenção do/a assistente social é a questão social e o objeto das instituições das quais o/a profissional se insere são as expressões da questão social. As instituições organizam os processos de trabalho no qual o/a assistente social se insere para intervir nas expressões da questão social. Aí destaca-se uma contradição pois, na medida em que o/a profissional ao inserir-se nos espaços sócio-ocupacionais tem objeto diferente dela é necessário nesse momento a reelaboração desse objeto afim de que se consiga chegar a finalidade empreendida. O trabalho desenvolvido é guiado pela teleologia que faz com que se tenha uma finalidade, um produto. Esse produto deve estar atrelado a ampliação de direitos da classe trabalhadora, na perspectiva de construção coletiva de uma nova forma de sociabilidade sem exploração do homem pelo trabalho.

3.1.1 A REELABORAÇÃO DO OBJETO NOS DIFERENTES ESPAÇOS SÓCIO-OCUPACIONAIS

A intervenção inicia no processo de conhecimento¹⁰ da demanda do usuário que chega até o serviço social. É partir daí que o/a profissional irá desvendar processos sociais que se encontram ocultos à primeira vista, mas que o profissional com a aplicação de técnicas operativas, como entrevistas, visitas domiciliares mediados pelo conhecimento teórico-metodológico irá desvendar. A partir do que o/a assistente social identificar nesse processo de aproximação é que irá se estabelecer os objetivos da intervenção e os meios mais adequados para atingi-los (GUERRA, 2002 apud FERREIRA, 2008).

Nos termos de Baptista (2002) é necessário reelaborar o objeto de trabalho profissional, uma vez que os conhecimentos teóricos do/a assistente social proporcionam subsídios para tal e que as finalidades teleológicas da intervenção requerem esse movimento. O objeto será o mesmo em qualquer que seja a instituição, mesmo que as expressões que dão visibilidade à questão social sejam diferentes. O processo de conhecimento possibilita a conexão daquilo que aparece a um primeiro momento com o conflito capital-trabalho. Nesse momento ao conhecer a história de vida do usuário o/a assistente social poderá leva-lo a refletir sobre os acontecimentos no sentido de ele não sentir-se culpabilizado.

A finalidade das instituições empregadoras não estará relacionada à transformação da sociedade capitalista e a derrubada do capital. Algumas vezes poderá estar atrelada à garantia de direitos formais. É necessário compreender a contradição presente nesses espaços e identificar que a dimensão política do/a assistente social é diferente do resultado esperado pela instituição. A finalidade teleológica da intervenção dos/as assistentes sociais é a superação da questão social, já a finalidade das instituições¹¹ é a garantia de direitos formais que modificam a questão social em sua forma fenomênica (FERREIRA, 2008).

O serviço social por ser uma profissão interventiva necessita para isso, conhecer a realidade na sua complexidade e a partir daí criar formas de transformá-

¹⁰ TURCK (2008)

¹¹ Em casos de instituições do primeiro setor que atuam no planejamento e execução de políticas públicas.

la a partir da sua dimensão política. É nesse momento que a categoria mediação auxilia esse profissional contribuindo para o desvendamento dos fenômenos reais à intervenção do/a assistente social. Para que isso aconteça é necessário “a (re)construção ontológica de seu objeto de intervenção profissional” (PONTES, 1999, p. 43). É necessário compreender a intervenção como um campo de mediações que se estrutura sobre determinações histórico-sociais (PONTES, 1999).

A tarefa de trabalho desvinculado da burocratização e das forças conservadoras presentes nos espaços sócio-ocupacionais é um desafio constante para o/a assistente social. É necessário que o/a profissional esteja seguro sobre o que realmente precisa ser desenvolvido afim de concretizar o produto do trabalho. Para iniciar a intervenção é preciso conhecer o modo de ser dos fenômenos sociais que formam o real e é a partir de aproximações sucessivas ao movimento do objeto(real) que torna-se possível desvendar suas particularidades. Nesse processo de conhecimento os fenômenos sociais são compreendidos como complexos sociais e não mais como fatos isolados do todo. Os sistemas de mediações encontram-se ocultos sob os fatos sociais, é necessário ir-se negando à facticidade/imediaticidade afim de chegar até as forças e processos que determinam a gênese, nascimento e o modo de ser, funcionamento dos fenômenos que existem em uma determinada sociedade (PONTES, 1999).

As expressões da questão social podem ser comparadas à aparência pois precisam ser desvendadas através do conhecimento de sua relação com o todo para que seja possível chegar até a essência (LEFEBVRE, 1995 apud FERREIRA, 2008). As expressões da questão social possuem características a processos próprios, como as instituições que atuam com determinadas manifestações. A superação da contradição se dá pelo tensionamento das posições contrárias e pressupõem um conhecimento do aparente, na busca da essência do fenômeno assim,

“o método é regressivo porque busca a gênese e progressivo porque retorna resignificando o movimento a partir do desvendamento das contradições que o engendram, logo, retorna ao presente de modo aprimorado, superado” (FERREIRA, 2008, p. 59).

Esse movimento dialético deverá fazer parte do trabalho do/a assistente social nos espaços sócio-ocupacionais, considerando que a reelaboração do objeto tem

sempre como ponto de partida a demanda institucional, não na perspectiva de negá-la mas de rever os objetivos iniciais a partir da realidade posta (BAPTISTA, 2002 apud FERREIRA, 2008). É necessária a compreensão dos fundamentos teóricos e sobre como eles auxiliam na intervenção. Infere-se que a fragilidade na apreensão do método materialista histórico e dialético, aliado as escassas discussões que explicam a questão social como objeto, contribuem para que os/as assistentes sociais acumulem tarefas e funções dadas pela instituição previamente. Nesse momento os/as profissionais não pensam suas ações e podem acabar se apropriando do objeto institucional, ao invés do seu próprio objeto. Essa fragilidade juntamente com a rotina institucional e as várias tarefas a serem desenvolvidas pelos/as profissionais nos espaços sócio-ocupacionais poderão conduzir os/ profissionais a utilizarem as técnicas e instrumentos de forma fragmentada da teoria (FERREIRA, 2008).

4 AS EXPRESSÕES DA QUESTÃO SOCIAL COMO MANIFESTAÇÃO SINGULAR DO OBJETO DE TRABALHO PROFISSIONAL: ANALISANDO OS DADOS DA PESQUISA NA POLÍTICA DE SAÚDE, NO MUNICÍPIO DE SÃO BORJA

Para a elaboração da presente pesquisa foram abordadas através da técnica de entrevista semi-estruturada quatro profissionais trabalhadoras do município de São Borja Rio Grande Do Sul, afim de desvendar como os/as assistentes sociais vinculados/as à política de saúde, no município de São Borja, evidenciam as expressões da questão social como manifestação singular do objeto de trabalho profissional. A coleta de dados ocorreu com quatro profissionais pois duas recusaram-se a participar do estudo. Houve um cuidado por parte da pesquisadora ao questionar as assistentes sociais em relação ao seu cotidiano profissional, uma vez que as questões referiam-se ao trabalho desenvolvido nas respectivas instituições. Isso poderia causar desconforto, visto que as mesmas poderiam sentir e entender que seu trabalho estava em avaliação. Então esse cuidado ocorreu com a pesquisadora explicando as razões do estudo que busca problematizar a realidade na qual ocorre o exercício profissional e não julgar as assistentes sociais, sujeitos do estudo.

4.1 APRESENTAÇÃO DAS¹² PROFISSIONAIS ASSISTENTES SOCIAIS

As entrevistas às profissionais do serviço social foram realizadas durante o mês de agosto do ano de 2016. Estas profissionais trabalham no município de São Borja mais especificamente na política de saúde, e tem as seguintes características:

Entrevistada A: Graduada em serviço social no ano de 2014 pela Universidade Federal do Pampa, campus São Borja.

Entrevistada B: Graduada em serviço social no ano de 2011 pela Universidade Federal do Pampa, campus São Borja. Possui pós graduação em serviço social.

¹² É usado “das assistentes sociais” por razão de as quatro entrevistadas para a coleta de dados da pesquisa serem mulheres.

Entrevistada C: Graduada em serviço social no ano de 2001 pela Pontifícia Universidade Católica do Paraná.

Entrevistada D: Graduada em serviço social no ano de 2006 pela universidade de Cruz Alta.

4.2 FUNDAMENTOS TEÓRICOS QUE ORIENTAM O TRABALHO DAS ASSISTENTES SOCIAIS NA POLÍTICA DE SAÚDE

Os dados obtidos no decorrer da pesquisa, respondem a primeira questão norteadora que refere-se aos fundamentos teóricos utilizados pelas profissionais assistentes sociais. No roteiro de entrevista semiestruturada foram elaboradas quatro perguntas relacionadas entre si, para responder a questão norteadora supracitada, sendo elas:

- Quais demandas são postas ao trabalho profissional? – Quais demandas da instituição? – Quais demandas da sociedade? – Quais demandas do usuário?
- Como essas demandas se relacionam com a questão social?
- Qual seu entendimento de questão social?
- Como a teoria apreendida na formação contribui para o entendimento da questão social? – Quais autores? – Quais disciplinas?

4.2.1 FRAGILIDADE TEÓRICA

Na coleta dos dados ficou evidente a fragilidade teórica das profissionais na compreensão da questão social. Isso explicitou-se por meio da interpretação que defende a tese da existência de uma nova questão social. Tal tese considera apenas o que acontece atualmente, aquilo que contemporaneamente salta aos olhos na compreensão da questão social, desconsiderando a historicidade, categoria que permite a análise mais ampla dos acontecimentos na sociedade capitalista e que é imprescindível para a compreensão da questão social na atualidade. Isto fica demonstrado no depoimento a seguir,

[...] eu acho que é o desemprego, é o produto do capitalismo mesmo né... eu acho que é tudo isso que tá acontecendo hoje em dia né? Que é as dificuldades que a gente tem né? Em passar por tudo isso né, no mundo que... que é o produto do capitalismo né? Essas dificuldades que a gente tem hoje em dia... como o desemprego né? Essas mudanças que aconteceram no mundo né? Hoje em dia [...] (Entrevistada D).

Nota-se na fala da entrevistada que o entendimento de questão social se dá a partir das demandas de “[...] *hoje em dia... como o desemprego [...]* (D)”. Porém, contraditoriamente, fala que essas mesmas demandas são produzidas pelo capitalismo que não é um sistema que surgiu nos dias atuais e sim a partir da revolução industrial no século XVIII. Assim, fica evidente a dificuldade da profissional em compreender a categoria historicidade na análise da realidade. Embora saiba que a questão social é oriunda das desigualdades sociais, econômicas e culturais geradas pelo modo de produção capitalista, citando o desemprego como exemplo, ela não explicita a gênese do capitalismo, pois desconsidera sua historicidade.

A concepção de questão social da entrevistada (D) não considera as várias fases do modo de produção capitalista e aquilo que é intrinsecamente gerado por ele. Tampouco consegue compreender a sua gênese, que é indissociável do surgimento da questão social. Pastorini (2010) salienta que as expressões/manifestações da questão social tem como pano de fundo a lei geral de acumulação capitalista desenvolvida por Marx e essas expressões são decorrentes das contradições desse modo de produção. Seus traços particulares vão depender das características históricas da formação econômica e política de cada país ou região, onde cada estágio capitalista irá desencadear expressões diferentes da questão social. Embora no século XIX a sua manifestação era outra – o pauperismo – é necessário compreender que o que existe de novo na questão social são as suas expressões que, nesse caso poderá tratar-se do desemprego por exemplo, mas que seus traços essenciais tratando-se da sua origem permanecem, porque não foram superados.

Também fica visível a fragilidade teórica na dificuldade de compreensão se de fato o materialismo histórico e dialético é o fundamento teórico mais adequado a intervenção profissional. O depoimento da entrevistada (B) evidencia uma dificuldade de entender os fundamentos teóricos durante a intervenção profissional. Nota-se,

[...] Eu tenho um desafio pessoal sempre que eu não consegui ainda dar conta né, que é beber da fonte, que eu quero estudar o capital de Marx na íntegra né... então eu tava tentando achar algum grupo de pesquisa, algo que

quisesse também esse desafio porque a gente fica né se alimentando dos autores que já também beberam da fonte, são marxistas, mas eu gostaria de beber da fonte todo esse processo e logo após estudar também depois desse processo estudar a teoria pós moderna pra poder ter um bom amparo e poder fazer um estudo comparativo do que que eu me... com a certeza do que seria melhor para minha atuação[...] (Entrevistada B).

Sabe-se que o serviço social a partir do movimento de reconceituação passou a adotar uma nova orientação teórico-prática que fosse capaz de transformar a intervenção do/a assistente social dando ela um viés crítico. De fato, foi a partir de aproximações com o marxismo que isso tornou-se possível na medida em que passou-se a analisar a realidade compreendendo o modo de produção capitalista e conseqüentemente as desigualdades sociais, culturais e econômicas que ele gera. É a partir desse movimento de análise que a teoria marxista auxiliou a profissão a estabelecer teoricamente um viés crítico, dos processos sociais nos quais a profissão se insere.

No depoimento da entrevistada (B) nota-se que apesar de reconhecer a importância dos fundamentos teóricos para a profissão, ainda precisa ter mais contato com outras teorias, para compará-las e identificar qual a mais adequada ao exercício do trabalho profissional. Em outros momentos diz não entender de fato a teoria marxista e que não sabe se trata-se da melhor teoria para subsidiar a intervenção. A entrevistada (B) ressalta a necessidade de um maior contato com o marxismo, quando refere-se a “[...] beber da fonte [...] (B)”, visto que durante a formação são usados autores que são marxistas. Essa dificuldade relaciona-se a uma incompreensão do modo como o marxismo contribui com a intervenção e pode ser ocasionada por irmos raramente às fontes originais durante a formação. Também é fruto das escassas produções teóricas que problematizam a questão social¹³ como objeto de trabalho, porque geralmente as produções citam, reconhecem ela como objeto, mas não trazem reflexões sobre como transformá-la durante a intervenção profissional em diferentes espaços sócio-ocupacionais. Há uma confusão na compreensão da entrevistada, pois ela ressalta que as demandas com as quais intervém são resultantes da questão

¹³ O objeto é a questão social e suas expressões. Neste estudo compactua-se com a ideia de que a intervenção nas expressões da questão social devem ser direcionadas com o intuito de gerar processos sociais contracorrentes ao metabolismo social do capital contribuindo com o processo de transformação do modo de produção capitalista que está para além da intervenção isolada da categoria que é apenas mais uma práxis que pode contribuir com a revolução.

social, ou seja, ela vislumbra as demandas com as quais trabalha como decorrentes da contradição entre capital e trabalho, mas tem dúvidas se o marxismo auxilia nessa intervenção.

Infere-se que essa dúvida pode relacionar-se e as crenças e valores da profissional, pois ela não consegue conceber possibilidades de concretizar o projeto profissional que é subsidiado pela análise marxista da realidade. Conforme Netto (2009) o projeto profissional dos/as assistentes sociais vincula-se ao projeto societário da classe trabalhadora, é um projeto hegemônico no interior da categoria, porém não é homogêneo, pois muitos profissionais têm suas consciências afetadas por suas relações cotidianas estabelecidas na família, na escola e na comunidade nas quais apreendem valores conservadores que vão de encontro com os valores do projeto profissional.

[...] eu pego demandas referentes ao uso abusivo de álcool e outras drogas, então eles tem diversos rebatimentos dessa expressão da questão social, das expressões da questão social. A vulnerabilidade social e econômica é muito mais evidente né pra esse grupo que eu estou tratando, os rebatimentos daí são diversos né? Desde as violências né? O desemprego, a falta de acesso a muitos serviços a gente tá... ainda mais agora nesse último ano em particular foi muito evidente [...]. (Entrevistada B).

De fato, mesmo que não haja um aprofundamento em relação a compreensão da teoria marxista, a formação contribui para apreendermos a relação das demandas com as quais trabalhamos com o conflito capital e trabalho. O depoimento da entrevistada deixa claro a relação estabelecida das demandas com a questão social, muito embora não discorra sobre o processo que articula a questão social com tais demandas. Conforme Kosik (1976), para conhecer essa articulação é preciso destruir a aparente independência dos fenômenos na imediatez da vida cotidiana. Apesar desse reconhecimento da relação das demandas com a questão social a profissional não está convencida sobre o fato de que essa é a melhor forma de análise e de intervenção da/na realidade.

Como supracitado, pode-se inferir que essa dúvida se relaciona aos valores e crenças da profissional. Também há dificuldade de compreensão do processo no qual o modo de produção capitalista interfere na vida cotidiana dos sujeitos, ou seja, de explicar a relação do uso de álcool e outras drogas com a questão social para além

da lógica formal¹⁴ que informa que um fenômeno gera outro, ou seja, não particulariza o processo no qual o conflito capital – trabalho produz expressões da questão social que se desdobram em uso de álcool e outras drogas.

De fato, é certo que apesar do movimento crítico sobre a realidade ter acontecido, ainda é necessário o amadurecimento da categoria profissional no que se refere a intervenção, considerando a necessidade de superação do conservadorismo profissional no trabalho e não apenas na opção teórica adotada. Mesmo que tenha acontecido a incorporação de uma matriz teórico-metodológica compatível com a ruptura do conservadorismo inspirada na tradição marxista, isso não se repercute numa adesão sem questionamentos dessa opção teórica. Há fragilidades na compreensão dessa teoria, no modo como ela subsidia as intervenções e isso potencializa os questionamentos em relação a sua utilização nas intervenções realizadas nos processos de trabalho nos quais os/as assistentes sociais se inserem, como fica evidente no depoimento (B). Ainda é necessário voltar-se para como a teoria social crítica auxilia ao profissional a intervir na questão social e suas expressões a partir de sua inserção nos espaços sócio-ocupacionais (NETTO, 2009).

A opção de centrar o olhar no movimento mais amplo da realidade produziu armadilhas, pois ao se debruçarem nas leis tendenciais históricas mais amplas, ou seja, nas leis universais que são determinadas pela relação capital-trabalho, relação estado sociedade, relações sociais capitalistas, etc, produziu-se um movimento no qual esses conceitos universais não foram particularizados no contexto no qual os profissionais exercem seu trabalho (PONTES, 1999). Isso gera confusão quando se trata da teoria, uma vez que dificulta analisar a sua relevância na intervenção profissional.

Na busca dessas leis, muitos se deslumbram contemplando-as, perdendo, assim, o movimento dialético com a singularidade. Deixam de retornar aos fatos mesmos, para, além de explicá-los, interferir neles” (PONTES, 1999, p. 46).

O autor ao referir-se a singularidade, trata daquilo que chega ao serviço social nas instituições, como por exemplo, a fome que é uma demanda imediata. Nos termos

¹⁴LEFEBVRE, H. **Lógica formal, lógica dialética**. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 1995.

de Kosik (1976), essas demandas imediatas, expressam e simultaneamente ocultam os processos universais produzidos pelo modo de produção capitalista.

Para Pontes (1999) a mediação possui uma dimensão ontológica e outra reflexiva. A dimensão ontológica, informa que a mediação está no real, independentemente da apreensão dos sujeitos, a reflexiva informa que ela pode ser apreendida pela razão em um movimento de sucessivas aproximações com a realidade objetiva na qual as expressões da questão social encontram-se mediadas, mas aparecem como se fossem fenômenos sociais independentes entre si. Por exemplo, a fome em um primeiro momento é evidente em sua forma fenomênica, ou aparente, o profissional sabe que a fome está mediada com processos sociais determinados pelas leis universais produzidas pela produção de mercadorias no capitalismo, mas não sabe como esses processos se particularizaram na vida do sujeito que chega para ser atendido pelo profissional porque está com fome.

É a teoria que informa que a fome está relacionada com os processos sociais universais, assim como é a teoria que elucida a compreensão de que no cotidiano a fome se mostra como um fenômeno independente da exploração do trabalho em razão dos processos de fetichização. Portanto, a intervenção profissional inicia com o desvendamento de como os processos universais se interpenetraram na vida privada dos sujeitos determinando demandas como, por exemplo, necessidade de acesso ao aporte nutricional (PONTES, 1999; TÜRCK, 2008). Nesse movimento o uso dos instrumentos vai sendo mediado com a teoria, porque os profissionais usam entrevistas, visitas domiciliares, reuniões com técnicos de outras instituições, dentre outros instrumentos, para apreender a cadeia de mediações que relacionam a demanda imediata do usuário com os processos sociais universais. É nesse momento que o/a profissional lança mão da teoria social crítica que proporciona subsídios para análise das demandas sociais a partir dos processos universais, apreendendo a aparência dos fatos que se trata da demanda institucional, ou nos termos de Turck (2010) do objeto dado pela instituição.

No exemplo anteriormente mencionado, a fome, não é tratada como resultado de algo singular, individual, mas como ponto de partida, conforme menciona Marx (1982) apud Pontes (1999) *“O concreto é concreto porque é síntese de muitas determinações (...) por isso o concreto aparece no pensamento como o processo de síntese, como resultado, não como ponto de partida (...)”* (p.39). Dessa forma tendo a demanda institucional imediata “fome”, toma-se essa expressão da questão social

como ponto de partida para identificar as mediações que se encontram ocultas e que explicam com tal demanda foi gerada na sociedade e manifestada na vida do usuário.

Esse movimento de apreensão do “aparente” é subsidiado pela teoria, pois no movimento de sucessivas aproximações, articuladas com o uso de instrumentos, o/a assistente social desvenda a cadeia de mediações e reconstrói o objeto de intervenção em um movimento que possibilita entender a expressão imediata da questão social como *“um complexo relativamente total, rico em determinações histórico-sociais particularizadas”* (PONTES, 1999, p.48). Nesse momento está presente a negatividade, que trata-se da negação daquilo que aparece no imediato, no aparente, é na tensão entre as forças que visam a manutenção da ordem e as forças que buscam desestruturá-la que ocorre o movimento de reconstrução do objeto. Essa negatividade levará a desvendar *“as forças e processos que determinam a gênese (nascimento) e o modo de ser (funcionamento) dos complexos e fenômenos que existem em uma determinada sociedade”* (PONTES, 1999, p. 42).

A demanda ao chegar até o/a profissional no campo da imediaticidade está despida de mediações que proporcionem uma análise totalizante, é por meio de sucessivas aproximações que será possível desvendar os processos que estão ocultos em uma primeira aproximação com a demanda, para assim, pensar a intervenção com base no conhecimento daquela realidade (PONTES, 1999).

Ainda referindo-se a teoria social também foi possível perceber uma dicotomia teórico-prática, considerando que a última esteja mais importante no aspecto profissional. Fica perceptível na seguinte fala da entrevistada:

[...] quando comecei a trabalhar na secretaria de saúde assim ó, não tinha nenhum assistente social em São Borja e assim a gente sabe, sai da faculdade sem ter experiência sabe e aí tipo, não tinha nenhuma assistente social formada e eu tive que aprender também sabe e não tipo... tu vai assim ó, aprendendo sozinha [...] E aí aos pouquinhos tu vai vendo né, tu vai estudando e vendo, e assim ó é muito na prática ainda, então eu tenho muita prática entendeu? [...] a gente que trabalha, eu que to a dez anos a gente é muito prático né? Eu como eu te falei... eu comecei a fazer um pós agora...então eu na verdade sou muito da prática assim sabe? eu vou e já pego e já faço, então tem uma certa dificuldade na hora de falar [...] (Entrevistada D).

Nota-se na fala da entrevistada que para saber desenvolver seu trabalho foi preciso a prática para que aprendesse. A apropriação teórico-metodológica apreendida durante a graduação não foi ressaltada como importante no

desenvolvimento do trabalho, visto que foi enfatizada a prática pura como fonte de aprendizado sobre o fazer profissional. O depoimento da entrevistada evidencia esse processo de dicotomia teórico-prático quando ela refere que foi “[...] *aprendendo sozinha [...] (D)*”. Esse trecho demonstra que foi somente no trabalho que pôde entender o que fazer nessa profissão. Isso demonstra que durante a graduação não houve aproximações suficientes no que se refere a intervenção do/a assistente social não havendo uma satisfatória reflexão sobre como a teoria é capaz de dar subsídios para o trabalho a ser desenvolvido. Menciona ainda que no seu cotidiano profissional “[...] *eu vou e já pego e já faço [...] (D)*” refere-se a prática como deslocada da teoria no trabalho desenvolvido. Fica evidente também na fala da entrevistada,

[...] assim, na verdade eu me formei em 2009 [...] e eu acredito que sim... quando eu sai eu ainda tinha muitas dúvidas entendeu? Por que você aprende muita coisa na tua universidade e depois você... o que vai te dar experiência é ali trabalhando mesmo [...] (Entrevistada C).

Conforme Ferreira (2015), os estudantes possuem dificuldades em articular os conceitos teóricos com a intervenção profissional, eles conseguem entender a questão social, mas não a intervenção sobre ela. Essa lacuna da formação se repercute na fragilidade dos/as profissionais em explicar as mediações teóricas durante o exercício profissional. Esse desafio de articular teoria na prática já é bastante discutido por estudantes e profissionais pela dificuldade de estabelecer os vínculos e relações entre os fundamentos teóricos e a intervenção do/a assistente social.

Observa-se na fala da entrevistada (A) o entendimento de que as expressões da questão social estão no cotidiano dos sujeitos, quando menciona “[...] *eu acho que hoje tá em qualquer lugar [...] (A)*”. Analisa que até mesmo em uma instituição de lazer há a questão social, pois mesmo quem tenha condições financeiras para frequentar um SPA vivencia a questão social e precisa de profissionais para intervir mesmo que talvez em outras situações distintas da pobreza. Evidencia-se no depoimento,

[...] de todos, é que é a questão social né? Eu acho que hoje tá em qualquer lugar, até numa instituição... há... que tenha bah... como um SPA essas coisas tudo tem, aonde vai as pessoas... tudo pagam para estar lá, pra fazer esses

tratamentos de beleza, de tudo, tudo há questão social e sempre tem acompanhamento de equipes que funcionem nessa parte da questão social. Hoje em dia se tu tem ou não tem dinheiro pra ti conseguir há...se manter uma vida digna há... viável, se torna ali na questão social uma... como é que eu vou te dizer... tudo acaba ali, na questão social [...] (Entrevistada A).

Nota-se que a entrevistada compreende que a questão social está na vida das pessoas e independe da condição financeira delas, pois até mesmo quem tenha condições de frequentar uma instituição de lazer vivencia as expressões da questão social, considerando que ela é oriunda do conflito entre capital e trabalho. A partir da exploração dos trabalhadores, ao venderem sua força de trabalho passam a produzir mercadorias e não tem acesso aos bens materiais socialmente produzidos, isso gera desigualdade social.

Conforme Machado (2007) apud Ferreira (2010) a questão social não pode ser vista concretamente, será possível percebê-la somente a partir das suas expressões. É o materialismo histórico e dialético que leva os profissionais a realizarem leituras da realidade capazes de relacionar as expressões da questão social como a fome, o desemprego e a violência ao modo de produção capitalista. O método oferece elementos teóricos para a apreensão das demandas que muitas vezes não encontram-se imediatamente ligadas ao conflito de classes mas que estão articuladas com a totalidade das relações de produção como exemplo a violência intrafamiliar e o uso de drogas. Conforme Ferreira (2010),

A categoria totalidade permite analisar uma família em situação de violência intrafamiliar em um contexto mais amplo, como uma família que sofre com a insegurança e as imposições do mundo do trabalho, que vivencia a exclusão e outros processos de violência socialmente construídos. (p. 213).

Dessa forma, somente torna-se possível pensar a demanda em um contexto mais amplo e entender a relação desta com a questão social a partir da categoria totalidade. Quando é deixado de lado a aparência dos fatos e inicia-se uma análise de como a violência é gerada dentro de um contexto onde o próprio modo de produção capitalista gera circunstâncias que possibilitam o acirramento da violência nas relações mais íntimas dos sujeitos. Nos termos de Kosik (1976), a totalidade das relações de produção no modo de produção capitalista não se encontra acima da realidade dos sujeitos, não é algo separado do cotidiano e da vida íntima dos sujeitos,

visto que é a práxis fetichizada que reproduz a totalidade das relações de produção no modo de produção capitalista.

Percebe-se que a entrevistada explica a questão social como desencadeadora de demandas que se manifestam singularmente no cotidiano dos usuários demonstrando a compreensão da gênese da questão social. Isso fica evidente quando ela refere que “*A questão social [...] é produto do capitalismo [...] é o subemprego [...] desemprego [...] pobreza [...] (Depoimento A)*”. Para Kosik (1976) a dialética trata da coisa em si, mas essa coisa não se expressa imediatamente ao sujeito cognoscente, é preciso realizar sucessivas aproximações para apreender o fenômeno a partir de sua essência. Ao descrever o subemprego, o desemprego e a pobreza como expressões da questão social a profissional articulou a aparência com a essência da questão social, por isso, demonstrou aproximações com a teoria na explicação do conceito. No entanto, infere-se que essa articulação foi mecânica, visto que não explicou como os processos sociais decorrentes do capitalismo produzem o desemprego, subemprego e a pobreza.

Assim como a profissional (A), a entrevistada (D) consegue fazer uma análise da questão social relacionando ao modo de produção capitalista, onde diz que se trata do produto do capitalismo. Reconhece que a questão social produz expressões tais como o subemprego que trata-se de emprego informal, não qualificado, sem vínculo etc., e também o desemprego, fato que vivenciamos nos dias atuais. A profissional evidencia a gênese da questão social e também cita algumas expressões, realizando mediações teóricas capazes de dar subsídios para a apreensão do objeto de trabalho do/a assistente social.

Pontes (1999) analisa que, nas sociedades capitalistas é fato que há a manifestação das leis de mercado, por exemplo, porém não manifestam-se de formas iguais. Isso dependerá do momento histórico e de como o modo de produção capitalista se organiza de acordo com as particularidades de cada país e/ou região, nota-se,

“A configuração do mercado na Inglaterra do século XV é diversa ao mercado do mesmo país no século XX. Assim como a configuração do mercado nas sociedades rurais da Amazônia brasileira não é idêntica ao mercado da capital paulista” (PONTES, 1999, p. 41).

Talvez em alguns lugares a expressão que dá visibilidade à questão social seja o subemprego ou o desemprego como na fala da entrevistada (D), em outros não seja apenas isso, vai depender de como o modo de produção capitalista se organiza naquele determinado momento.

Nesse subitem foram abordadas questões referentes aos fundamentos teóricos adotados pelas profissionais para apreender a questão social nos espaços sócio-ocupacionais. Evidenciou-se nos depoimentos que as profissionais reconhecem a questão social como sendo oriunda da contradição fundamental do modo de produção capitalista entre capital e trabalho que gera demandas de intervenção para o serviço social. Porém há dificuldade em compreender a questão social e suas expressões, como objeto de trabalho e de intervir nele nos espaços sócio-ocupacionais. Essa dificuldade contribui para que os/as profissionais questionem a teoria social crítica, por ela se distanciar do trabalho no momento da intervenção. A teoria marxista auxilia na análise da realidade social, e é a partir dela que relacionamos as demandas postas ao trabalho profissional ao modo de produção capitalista. Através de sucessivas aproximações com a realidade dos sujeitos reconhecemos as mediações que estão ocultas e desvendamos as suas particularidades, reelaborando nesse momento o objeto de intervenção.

Ainda no que refere-se à questão social, houve o entendimento de que as suas expressões manifestam-se somente nos dias atuais, como por exemplo o desemprego. Refere-se que a questão social é oriunda do capitalismo. Porém o capitalismo é um modo de produção que surgiu a partir da revolução industrial no século XVIII e que nesse momento a questão social caracterizou a desigualdade existente em decorrência do pauperismo assim como as manifestações de resistência da classe trabalhadora. É necessário pensar a realidade de modo totalizante para que seja possível realizar uma análise ampla considerando as várias fases do modo de produção capitalista, bem como entender que a questão social não refere-se às questões de hoje em dia, mas daquilo que é intrinsecamente gerado pelo modo de produção capitalista.

4.3 CRITÉRIOS PARA A DEFINIÇÃO DAS ESTRATÉGIAS METODOLÓGICAS QUE AS ASSISTENTES SOCIAIS UTILIZAM NOS PROCESSOS INTERVENTIVOS JUNTO ÀS EXPRESSÕES DA QUESTÃO SOCIAL NOS ESPAÇOS SÓCIO-OCUPACIONAIS DA POLÍTICA DE SAÚDE

Na coleta de dados para responder a segunda questão norteadora que refere-se aos critérios para definição das estratégias metodológicas que as assistentes sociais utilizam nos processos interventivos junto às expressões da questão social nos espaços sócio-ocupacionais foram utilizadas três perguntas relacionadas entre si, que seguem:

- Quais os instrumentos de trabalho que você utiliza?
- Como você relaciona o uso dos instrumentos com os fundamentos teóricos?
- Como você relaciona o uso dos instrumentos com a direção teleológica hegemônica da categoria profissional?

4.3.1 REPRODUÇÃO DA IDENTIDADE ATRIBUÍDA

Foi possível perceber durante a coleta de dados que as profissionais passam a desenvolver seu trabalho de acordo com o que é solicitado pela instituição, reproduzindo uma identidade que é atribuída a profissão historicamente desde sua gênese, onde o Estado, a serviço do capital, atribuía demandas ao trabalho a ser desenvolvido. Dessa forma o uso dos instrumentos é direcionado para os encaminhamentos, sendo possível perceber em todas as falas nas entrevistas realizadas. Nota-se a seguir,

[...] Eu acho que ele é o que vem né, esses instrumentos teóricos que a gente aprende, essa bagagem que a gente aprende é o que vem... há... como é que se diz... vem fundamentar as nossas intervenções. Sem isso, talvez a gente não conseguisse encaminhar tudo certinho, o que é pra um lado, o que é pra outro né? Então tu usa bastante e é muito importante, eu acho que sim, porque fundamenta o que tu ta numa empresa que tu ta numa instituição, fazendo teu lado profissional [...]. (Entrevistada A).

[...] a gente faz a parte mais imediata, mais necessária daquele atendimento e encaminha situações por exemplo, pro CREAS, pra política de Assistência né em geral, que são os CRAS, CREAS, e todo processo que é parte deles... e são diversas né as outras instituições que a gente vai fazendo de acordo com cada caso. A gente se torna um mediador [...]. (Entrevistada B).

[...] justamente pra dar esse apoio aos ESF's, a saúde em questões de encaminhamentos entendeu? Ajuda eles nessa... pra conseguir essas solicitações que eles... que vem, a demanda do posto, por exemplo chega lá o grupo de... tem um grupo de convivência lá, eles tem dificuldade na questão do auxílio maternidade de algum benefício, auxílio doença, alguma coisa nesse sentido a gente vai falar sobre isso entendeu? [...] (Entrevistada C).

[...] Eu conseguia fazer... uma diferença na vida deles... com o encaminhamento do BPC, assim as vezes com uma tentativa... com uma conversa com um familiar, o encaminhamento de uma consulta, de uma conversa com um... a gente tentava fazer... sabe? e ia mudando... e nesse tempo de quatro ou cinco anos eu consegui deixar assim ó... uma sementinha de uma coisa boa sabe? eu acho que valeu apena assim sabe? eu acho que eles se sentiram há... mais dignos, se sentiram mais gente... sabe? Pelo que eu fiquei lá eu acho que é por aí né? Eu acho que é por aí que tem que ser feito [...] (Entrevistada D).

O intuito desse subitem foi de realizar uma relação entre os instrumentos que o/a profissional assistente social usa no seu cotidiano de trabalho e a teoria social crítica. Considerando os critérios que levam o/a profissional a escolhê-los. Este critério deverá estar relacionado aos objetivos que deseja com a intervenção. Percebeu-se nas falas das entrevistadas (A), (B), (C) e (D) que a intervenção do/a assistente social está direcionada ao encaminhamento do usuário e sua demanda para os recursos disponíveis no espaço sócio-cupacional, ou em outras instituições que operam políticas ou programas em que o usuário possa acessar serviços que sanem suas demandas. A intervenção nesse caso passa a ser norteadada a partir do objeto da instituição, havendo a dificuldade de (re)construção do objeto de intervenção profissional.

Conforme Pontes “*é necessário capturar, no próprio cotidiano (seja na vida privada ou profissional) a interferência das forças, das leis sociais, percebendo realmente sua concretude e visibilidade*” (1999, p. 46). Sem compreender esses processos complexos que estão por detrás da demanda aparente que chega até o serviço social, o resultado da intervenção poderá alcançar somente o resultado esperado pela instituição, reproduzindo assim, a identidade atribuída.

Conforme o depoimento a seguir constata-se que a profissional compreende que a bagagem teórica subsidia a realização de encaminhamentos: “[...] essa bagagem que a gente aprende [...] vem fundamentar as nossas intervenções. Sem isso, talvez a gente não conseguisse encaminhar tudo certinho [...] (A)”. Nesse processo evidencia-se o entendimento das leis como sinônimo de teoria, pois ela

menciona que a teoria ou a bagagem que a formação proporciona se dá a partir das leis, como a política de assistência social, pois sabendo disso será possível desenvolver o encaminhamento correto de acordo com a demanda do usuário.

Nota-se que a lei é confundida com a teoria, o que mostra mais uma vez a fragilidade teórica. Isso leva a redução do entendimento do trabalho profissional a apenas uma atividade, o encaminhamento, e a teoria que o subsidia o trabalho são as leis (FERREIRA, 2010). Esse processo contribuiu com a apropriação do objeto institucional pelas assistentes sociais, pois elas ao definir estratégias para intervenção consideram apenas a demanda institucional, moldam-se a organização dos processos de trabalho planejada pelos gestores, não apropriando-se do espaço de contradição através do exercício da autonomia relativa, nos termos de Lamamoto (2005), reduzindo nesse processo a intervenção a encaminhamentos.

É necessário compreender que o encaminhamento é apenas uma forma de intervenção ou uma fase dela e é impossível que os/as assistentes sociais se apropriem de todas as legislações sociais durante a formação. O/a profissional terá antes disso que reconhecer o processo em que são constituídas essas políticas considerando a totalidade, entendendo a importância da organização coletiva dos usuários no processo de ampliação da cidadania.

Na fala da entrevistada (C) quando questionada sobre a relação dos instrumentos com os fundamentos teóricos é possível notar a imediatez no trabalho desenvolvido, pois, mesmo sabendo da importância da teoria social, ainda desenvolve o trabalho conforme demanda a instituição, como por exemplo referindo-se aos grupos quando é solicitado para coordenar. Nota-se quando menciona na fala “[...] ah assim... é... a gente vai fazendo né, conforme vão pedindo, como eu disse... os grupos... precisa falar de algo, a gente fala [...] (C)”. E quando questionada sobre a relação dos instrumentos com a direção da categoria profissional refere-se “[...] eu não sei... não sei... [...] Não sei como relacionar [...] (C)”. Os instrumentos são utilizados com fins de aproximação com a realidade dos usuários, os instrumentos articulados a teoria contribuem para o/a profissional compreender como a questão social se manifesta na realidade dos sujeitos. A teoria indica que as demandas, as expressões da questão social são produzidas na contradição essencial do modo de produção capitalista. Essa contradição se particulariza na vida dos usuários e o/a profissional precisa apreender o modo como se particulariza para reelaborar o objeto e intervir nele.

A partir do desvendamento dessas particularidades da questão social na vida do sujeito é que o/a profissional pensará propostas de intervenção com base nas mediações realizadas. O uso dos instrumentos será utilizado para conhecimento das particularidades da questão social na vida dos sujeitos e a partir daí elaborar a intervenção que terá uma finalidade, conforme a dimensão política da profissão. De acordo com Yamamoto (2005) o/a assistente social não detém de todos os meios de trabalho, pois depende da instituição que o emprega que também passa a organizar o processo de trabalho no qual o/a assistente social irá desenvolver funções. É nesse momento que o/a profissional poderá vir a reproduzir a identidade atribuída, pois enquanto trabalhador assalariado vende sua força de trabalho para a instituição que organiza parte dele.

Essa reprodução poderá acontecer pela dificuldade em entender no que a teoria social crítica auxilia no uso instrumentos para a intervenção nas expressões da questão social. Nesse processo não reelabora a demanda de coordenar o grupo, com assuntos pré-determinados pelos gestores da instituição, assumindo nesse processo a identidade atribuída e intervindo na demanda institucional de modo desconectado com a produção de processos sociais contracorrentes.

Na fala da entrevistada (D) quando refere-se à formação em serviço social foi possível identificar o entendimento de que a profissão está atrelada a concessão de direitos como objetivo e/ou finalidade de existir. Evidencia-se na seguinte fala,

[...] E eles não tinham essa noção, era muito difícil isso sabe? Ai até tu fazer a cabeça de um secretário sabe? Foi muito difícil, mas graças a Deus a unipampa ajudou muito sabe? As gurias ajudaram muito, bastante em relação a isso, as estagiárias também... os supervisores também sabe? Impulsionavam bastante a visão sabe do... graças a unipampa... então assim ó mudou bastante o trabalho também depois disso assim foi bem mais tranquilo pra nós como profissionais assim ó, o serviço social mudou bastante a profissão teve uma outra visão sabe? Uma visão mais realista do que que é a profissão né, do que a gente estuda pra... garantia de direitos né que não é um favor né? Do que é a profissão na verdade é uma cidadania é isso aí que é... que é o que a gente estuda pra... fica quatro anos estudando né... então é isso aí que eu faço hoje em dia [...] (Entrevistada D).

Nota-se que a profissional cita a universidade federal do pampa como uma instituição que trouxe uma outra visão, mais realista sobre a profissão, desmistificando a lógica do favor. De fato, isso é um avanço, pois propaga a concepção de direitos sociais dos sujeitos rompendo com a lógica do favor. Porém não é a única maneira de

intervir, pois viabilizar direitos formais, previstos em lei, não deve ser a finalidade e o resultado da intervenção do/a assistente social. O entendimento de que na formação é reproduzida a ideia de que o resultado da intervenção do/a assistente social seja a viabilização de direitos está presente na seguinte fala da entrevistada,

[...] a relação é essa, fazer uma boa intervenção né? A gente tem os grupos aqui que é muito importante, cada um como eu te disse, eles chegam aqui muito fragilizados já num estágio que talvez não tenha reversão, pra muitos não tem né... então é um lado que a gente mostra direitos deles, que eles podem, que eles tem né? Que essa parte eu acho que vem ao encontro né do que a gente se propõe na academia [...] No momento eu faço a intervenção nas visitas domiciliares, nos grupos que a gente tem tanto para familiares quanto para pacientes junto uma equipe grande que a gente tem né na clínica... hã... sempre intervindo da melhor maneira pra que eles tenham acesso aos direitos que eles podem vim a necessitar [...] (Entrevistada A).

Como mencionado anteriormente as falas das profissionais mostram um avanço em relação a concepção dos/as profissionais e dos usuários quanto aos objetivos da intervenção profissional, porém, é necessário a compreensão de que a viabilização de direitos deve avançar para além daqueles garantidos em lei, ampliando o terreno da classe trabalhadora no Estado, na busca de um novo projeto societário em que não haja desigualdade social, cultural ou econômica. O entendimento das profissionais podem estar sendo reforçados na formação, considerando o projeto político-pedagógico do curso de serviço social da unipampa onde, em algumas ementas, programas e bibliografias favorecem o entendimento da intervenção profissional restrita aos encaminhamentos. Conforme Ferreira (2015),

Esse processo ficou evidente na ementa de Oficina de Integração Teórico-prática III, pois consta nela que o objetivo do componente curricular é analisar os segmentos sociais vulneráveis e as legislações que informam sobre seus direitos. A bibliografia básica dessa disciplina é composta somente por legislações como a lei Orgânica de Assistência Social, Estatuto da Criança e do Adolescente, Política Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, Política Nacional do Idoso e Sistema Único de Saúde (PPPSS/UNIPAMPA). Todas as ementas de oficina de integração teórico-prática centram-se no ensino de legislações (p. 127).

Ao indicar que o projeto político pedagógico da unipampa em algumas

ementas centra-se no ensino de legislações, refere-se que essa abordagem poderá indicar que no trabalho profissional a apreensão das leis e políticas devem ser reconhecidas para que seja desenvolvida a intervenção que será o encaminhamento para tais direitos previstos em lei. Isso poderá contribuir para que o trabalho desenvolvido torne-se mecânico e definido conforme os objetivos das instituições empregadoras. É necessário que o/a profissional tenha acesso às legislações, porém esse movimento de conhecimento das leis não pode ser o eixo fundamental da intervenção, o conhecimento das leis subsidia em parte a intervenção, mas não é o principal aspecto a ser desenvolvido pelos/as assistentes sociais para intervir na realidade.

Nas disciplinas de políticas públicas no que se refere ao ensino do trabalho profissional, a ementa refere-se à reflexão sobre a contribuição do serviço social na produção e no redimensionamento teórico-prático da política de assistência social, porém em relação a intervenção profissional, são poucas as bibliografias que de fato irão destacar o trabalho a ser desenvolvido, sendo resultado da pouca produção teórica no que se refere à dimensão técnico-operativa (FERREIRA, 2015).

De fato, nas disciplinas mencionadas os alunos realizam análises que são críticas em relação as políticas sociais, relacionando o entendimento delas com a conjuntura, que são determinadas pelo modo de produção capitalista. Porém torna-se escassa a discussão de como desenvolver uma intervenção profissional de forma a construir mediações capazes de ampliar o modo de entender a realidade no cotidiano profissional. A não realização dessa mediação poderá vir a contribuir para que os alunos, ao encontrarem-se no ambiente de trabalho, apenas reproduzam intervenções que vão ao encontro do objeto institucional, como os encaminhamentos às demais políticas (FERREIRA, 2015).

Durante o estágio torna-se possível que o acadêmico ao acompanhar o trabalho desenvolvido pelos/as profissionais nos espaços sócio-ocupacionais entenda como a teoria subsidia a intervenção profissional e como os instrumentos podem auxiliar os/as profissionais a chegar aos resultados dos quais planejou. Porém a pouca produção no que se refere as competências técnico-operativas na produção teórica se repercute na fragilidade do ensino sobre a intervenção nas expressões da questão social. Isso contribui para que os/as profissionais tenham um entendimento reducionista acerca da intervenção como sendo algo restrito a encaminhamentos, sentindo dificuldade em compreender a intervenção sobre a questão social em uma

perspectiva de extensão dos direitos sociais (FERREIRA, 2015).

Pode-se perceber no relato da entrevistada (D) a dificuldade de entender o aspecto interventivo do/a assistente social. Essa fragilidade fica evidente no fato dela atrelar intervenção ao objeto institucional, que nesse caso trata-se da concessão ou não de passagem.

[...] eu já trabalhei em setor de passagens, fazendo visita domiciliar pra ver quem precisa de passagem sabe? Já trabalhei em setores de transporte, de quem precisa e não precisa de transporte sabe, no início ali ó, os primeiros anos eu trabalhava no setor de transporte ali... hã... ver quem tinha e não tinha condições de pagar uma passagem, nos primeiros anos foi isso [...] (Entrevistada D).

Nesse caso da triagem da passagem, a instituição a qual empregava a profissional já organizava o que seria destinado a assistente social e os instrumentos que iria utilizar eram atribuídos previamente. É nesse momento que o profissional acaba reproduzindo o objetivo da instituição quando não consegue visualizar como a teoria social crítica auxiliará nas visitas domiciliares feitas para saber quem necessita da passagem. Conforme Ferreira (2015), é necessário inicialmente, que se compreenda como os processos sociais decorrentes da questão social se manifestam na vida dos usuários e como vão determinar a necessidade de acesso a passagem, por exemplo. Dessa forma, é imprescindível que se identifique os fatores que antecedem a necessidade de acesso aquele determinado benefício. No exemplo mencionado, as determinações institucionais acabam dificultando que o profissional consiga realizar essa análise, porém é necessário se opor a essas regras institucionais que direcionam o trabalho dos profissionais (FERREIRA, 2015).

Esse é o espaço de contradição em que os/as assistentes sociais se inserem, quando a instituição determina o número de visitas a fazer ou quando diz o número de atendimentos que o/a profissional tem que realizar. Portanto nesse momento é que o/a profissional terá de demonstrar para os gestores e demais profissionais que os instrumentos e as técnicas que utilizará, assim como o número de encontros com o usuário serão determinados por ele mesmo para que chegue ao resultado esperado de acordo com a dimensão política da profissão. Esse movimento faz parte da reelaboração do objeto, que começa com a demanda institucional, nesse caso a triagem da passagem, mas que torna-se apenas o ponto de partida, no momento em

que o/a profissional entende que é necessário iniciar um processo de conhecimento da realidade indo além daquilo que as instituições compreendam sobre o trabalho do/a assistente social (FERREIRA, 2015).

Os critérios que os/as profissionais utilizarão para o uso dos instrumentos ao desenvolverem seu trabalho se dará conforme for necessário, ou seja, na demanda institucional da triagem da passagem, será o/a assistente social que decidirá quantas visitas domiciliares, quantos grupos, quantas abordagens são necessárias para entender além da aparência dos fatos, que nesse caso trata-se da dificuldade econômica em se locomover. Essas estratégias possibilitarão o redirecionamento da ação profissional a partir da teoria que orienta o trabalho.

A partir da demanda inicial na busca de conhecer as particularidades que levaram o sujeito a necessitar da passagem por exemplo, será possível a construção e superação de valores que são socialmente impostos à ele. No processo de conhecimento dessas particularidades, nas visitas domiciliares poderá ser refletido com aqueles usuários que não tiveram acesso às passagens por não enquadrarem-se nos requisitos para acessá-la, o porquê do não acesso aquele benefício, suscitando a organização coletiva para que estejam pressionando pela ampliação dos direitos. Esse movimento trata-se de uma medida quantitativa, onde o trabalho do/a assistente social contribuirá para isso. O processo onde os trabalhadores conquistam direitos à saúde, habitação, educação, são medidas quantitativas, pois desenvolvem a negação ao modo de produção capitalista, onde a desigualdade gera consciência de classe. Concomitantemente com a desigualdade que se acirra, amplia-se a consciência, as lutas e os recursos públicos com fins de atender demandas sociais (MARX; ENGELS, 2005).

De acordo com Marx (2005), o capitalismo produz a contradição, lucro e miséria, dessa forma a revolução, passagem do capitalismo para o socialismo, se dará no país capitalista mais avançado, onde as forças produtivas estejam fortemente consolidadas e assim, a pobreza mais extrema¹⁵. Com isso os trabalhadores como um todo poderão vir a questionar o sistema e criar formas de superá-lo e devido às suas condições, rompendo com a alienação. Essa revolução deverá ser mundial, partindo de um país mais desenvolvido afim de expandir para os demais países,

¹⁵ No entanto, com a globalização evidencia-se que a contradição entre pobreza e riqueza não contextualiza-se apenas em um território nacional. Essa polarização se dá principalmente entre países com capitalismo original e retardatário e países com capitalismo tardio.

tornando-se universal. Para tal, é preciso que antes dessa passagem hajam mudanças quantitativas, que são justamente o aumento da contradição e o aumento da negação do sistema, desenvolvendo-se os meios de produção e concomitantemente a pobreza, sendo as políticas sociais conquistadas da classe trabalhadora como um modo de resistência, fruto da sua negação.

O trabalho do/a assistente social é uma medida quantitativa, quando produz em uma intervenção com o usuário, o rompimento com a alienação e constrói com ele formas de resistência, ou seja, cria-se com ele reflexões acerca dos processos pelos quais ele passou gerando micro-revoluções. Conforme Marx e Engels (2005) o acirramento da contradição capital e trabalho são medidas quantitativas. As mudanças qualitativas se darão no momento em que a contradição se fortalece e é superada, havendo o rompimento com a alienação, onde o sistema deixa de ser capitalista e passa a ter um novo modo de produção, conseguindo garantir o acesso universal aos meios de produção. Nesse processo, as políticas sociais e as leis são medidas quantitativas representando formas de resistência que contribuem para a mudança qualitativa.

Retomando a questão norteadora que trata-se dos critérios para a definição das estratégias metodológicas que os/as assistentes sociais utilizam nos processos interventivos junto às expressões da questão social, identificou-se que a fragilidade teórica supracitada contribui para as profissionais assumirem o objeto institucional como se ele fosse o próprio objeto profissional e contribuindo também para confundir leis com teoria. Ficou evidente a alienação na definição dos instrumentos de trabalho, pois as assistentes sociais não tem gerencia sequer sobre os instrumentos utilizados em suas intervenções, ou seja, a instituição determina o produto a ser atingido pela intervenção do serviço social, assim como os instrumentos e as estratégias metodológicas que esses profissionais utilizarão para alcançá-los. Constata-se que nesse processo o instrumental de trabalho é reduzido ao uso de instrumentos, visto que não ocorre articulação das competências técnico-operativas e teórico-metodológicas na definição e na aplicação de instrumentos de trabalho.

4.4 DIMENSÃO POLÍTICA IMPRESSA NO TRABALHO DO/A ASSISTENTE SOCIAL NOS ESPAÇOS SÓCIO-OCUPACIONAIS DA ÁREA DA SAÚDE, NO MUNICÍPIO DE SÃO BORJA

Para responder à terceira questão norteadora que trata da dimensão política impressa no trabalho do/a assistente social nos espaços sócio-ocupacionais da área da saúde, no município de São Borja através da coleta de dados foram utilizadas duas perguntas sendo elas:

- Como a intervenção nas demandas apresentadas impactam na vida dos usuários?
- Qual a relação desse impacto com a direção política definida pela categoria?

4.4.1 PRODUTO REDUZIDO À CIDADANIA FORMAL

Nos espaços sócio-ocupacionais em que os/as assistentes sociais inserem-se, a proposta de um viés crítico ou conservador virá dos próprios profissionais que poderão legitimar as políticas nas instituições como espaço de resistência ou tornar aquele um lócus de cerceamento de direitos da classe trabalhadora. A fala da entrevistada refere-se ao cotidiano profissional,

[...] justamente para dar esse apoio aos ESF'S, a saúde em questões de direitos e questões de encaminhamentos entendeu? Ajuda eles nessa... pra conseguir essas solicitações que eles... que vem, a demanda do posto, por exemplo, chega lá o grupo de... tem um grupo de convivência lá, eles tem dificuldade na questão do auxílio maternidade de algum benefício, auxílio doença, alguma coisa nesse sentido, a gente vai falar sobre isso, entendeu? [...] Isso até é uma intervenção, mas não é com o usuário entendeu? Quando eu digo intervenção eu to falando pro usuário e não pro próprio trabalhador da saúde... não, é pro usuário [...] na verdade não sei... é pros dois... mas como eu vou te explicar agora, o meu entendimento... pode ser que eu entenda dessa forma, que a gente tem que intervir só pro usuário né? Quando a gente ta falando com o trabalhador da saúde... a gente faz uma... o que a gente chama de educação continuada, e não seja uma intervenção, mas chega a ser uma intervenção né? (Entrevistada C).

A fragilidade de compreensão da intervenção na questão social considerando a teoria social crítica como ponto norteador do trabalho profissional poderá ocasionar a realização somente dos objetivos da instituição a qual emprega o/a assistente social. No exemplo citado “[...] eles tem dificuldade na questão do auxílio maternidade de algum benefício, auxílio doença, alguma coisa nesse sentido, a gente vai falar sobre isso [...] (C)”. Ao referir-se aos trabalhadores dos ESF'S menciona que não trata-se

de intervenção, mas viabilizar a forma de conseguir acessar o auxílio. Assim como no exemplo da triagem da passagem, se o contato com o usuário ou com os trabalhadores restringir-se a conseguir acessar aos direitos, a intervenção se tornará mecânica e qualquer outro profissional poderá desenvolvê-la sem qualquer outra finalidade que não seja o esclarecimento sobre condicionalidades de acesso.

Sabe-se que os auxílios da previdência como o auxílio maternidade, para consegui-lo, é necessário que o usuário se encaixe em algumas condicionalidades, portanto aqueles que não contribuem não terão acesso. É necessário mais que viabilizar os modos de acessar aos direitos, mas gerar desconforto e reflexão naqueles que não se encaixam nas regras, construindo uma consciência crítica. Nessa perspectiva a demanda da instituição que é dialogar sobre como conseguir o auxílio maternidade terá de ser reelaborada, considerando a dimensão política que deve ser empreendida no trabalho. A fragilidade teórica e a reprodução da identidade atribuída levam à dificuldade de ver a instituição como um espaço de resistência propício ao fomento do pensamento crítico, tanto dos demais profissionais, como dos usuários.

Durante a coleta de dados percebeu-se que as profissionais tem dificuldade em formular estratégias para a reconstrução do objeto institucional, ou seja, para reelaborar os objetivos da instituição a partir da apropriação das demandas dos usuários. Assim o produto do trabalho desenvolvido nos espaços sócio-ocupacionais limita-se ao encaminhamento das demandas às demais políticas.

A carência teórico-metodológica leva a dimensão política impressa no trabalho tornar-se limitada a cidadania formal, pois havendo a fragilidade teórica o profissional passa a não analisar de que forma usar os instrumentos de maneira que consiga realizar intervenções considerando a sua finalidade¹⁶. Os depoimentos a seguir referem-se a finalidade do trabalho profissional,

[...] Eu acho que impacta no momento que tu consegue passar, furar uma burocracia, passar, para eles conseguirem para cada um dos usuários, quando tu consegue, pode ser o mínimo de coisa que tu conseguir assim... se ficar um exame marcado pra dois meses e tu conseguir na tua profissão tu chegar nas pessoas certas e tu conseguir marcar num mês já é um lucro danado né... então é esse impacto que eles querem da gente, que a gente sempre tenha... como é que se diz... a disposição de conseguir ajudar na

¹⁶ A finalidade do trabalho profissional que deve ser empreendida é a busca por um novo modo de produção, o socialista.

parte burocrática [...] (Entrevistada A).

[...] a gente faz a parte mais imediata, mais necessária daquele atendimento e encaminha situações por exemplo, pro CREAS, pra política de assistência né em geral, que são os CRAS, CREAS, e todo processo que é parte deles... e são diversas né as outras instituições que a gente vai fazendo de acordo com cada caso. A gente se torna um mediador... daqui da situação e claro, a gente também continua fazendo acompanhamento de visitas domiciliares também para saber se aquele usuário tá sendo atendido com o serviço que foi referenciado e tenta fazer essa ponte fortalecer e garantir mais que tenha esse atendimento que ele tenha né, o acesso a esse serviço [...] (Entrevistada B).

Quando questionada sobre o impacto do trabalho desenvolvido na vida dos sujeitos atendidos a entrevistada (A) menciona, “[...] *Eu acho que impacta no momento que tu consegue passar, furar uma burocracia [...] (A)*”. Nesse trecho, trata do objetivo do trabalho como sendo o acesso por parte dos usuários a algum benefício. É necessário compreender que juntamente com o encaminhamento e a viabilização do direito é imprescindível que o/a assistente social possa construir com o usuário consciência crítica de forma a promover a mobilização dos usuários a fim de que possam estar reivindicando questões próprias a serem repassadas aos conselhos municipais. É necessário tencionar a contradição e a inserção de demandas da classe trabalhadora, na qual o/a assistente social faz parte, na agenda pública, assim como mobilizar aqueles usuários que não tiveram acesso a determinando serviço, articulando grupos, reuniões onde eles possam estar pensando sobre as situações de violação de direito, as quais passam, gerando formas de superá-las. Conforme Ferreira,

“é preciso articular o uso de instrumentos, como entrevistas e visitas domiciliares com a lógica dialética, a situação concreta dos usuários precisa ser devolvida para os mesmos de forma reflexiva para que eles superem o entendimento de que não tem o direito porque não se encaixam nas normas e mobilizem-se para ampliar a cidadania” (2015, p. 129).

Durante as aproximações que o/a profissional tiver com o usuário, o mesmo deverá problematizar a realidade social em que o usuário se encontra, a fim de levar o mesmo a um entendimento da demanda em uma perspectiva de totalidade. Nesse momento o usuário poderá refletir sobre os processos que antecederam aquela situação compreendendo que ela foi produzida socialmente e não é fruto somente de

suas escolhas. Isso é necessário para o usuário articular estratégias para superá-las¹⁷, tornando-se esse um dos impactos que o trabalho do/a assistente social produz na vida dos usuários. Nesse processo o foco da intervenção poderá mudar no próprio processo de conhecimento de outras demandas, decorrentes das aproximações realizadas em um movimento em que o/a profissional define o que é assessorio e o que é essencial no processo interventivo (FERREIRA, 2015).

O entendimento de que o acesso aos direitos previstos em lei representa o produto do trabalho do/a assistente social, pode ir de encontro com o código de ética que propõem a busca pela emancipação humana, que só será possível em um outro modo de produção que não o capitalista, ou seja, o acesso a direitos deve ser tomado como um processo para materializar as finalidades teleológicas da intervenção e não como um fim em si mesmo. As profissionais ao trabalhar na perspectiva da cidadania formal apenas legitimam o modo de produção capitalista, não havendo uma perspectiva de superá-lo. Percebe-se nos depoimentos que os/as assistentes sociais pela sua fragilidade teórica, confundem leis com teoria e isso os leva a trabalhar na perspectiva de garantir uma cidadania formal.

A cidadania plena deve ser construída coletivamente e deve ser o objetivo do/a assistente social, pois é um profissional que se opõem ao capitalismo. Plena cidadania vai além dos direitos civis, políticos e sociais conquistados no estado capitalista, ela perpassa a superação da sociedade capitalista, pois nos termos de Coutinho (1999), cidadania plena e desigualdade não combinam. Os direitos civis, políticos e sociais não são suficientes para realizar a cidadania plena, pois é necessário a apropriação dos frutos do trabalho, tornando-os universais, não podendo ser um privilégio de poucos, os frutos do trabalho devem ser universalizados (COUTINHO, 1999).

Os/as assistentes sociais inseridos nos espaços sócio-ocupacionais a partir da reelaboração do objeto institucional, se utilizarão dos instrumentos na perspectiva de desvendamento da cadeia de mediações que encontra-se oculta em um primeiro momento. No decorrer do desvendamento, a intervenção será construída e o seu foco mudará no decorrer das aproximações de forma dialética. A dimensão política impressa no trabalho deverá ser a ampliação de direitos e a construção de reflexão

¹⁷ Essas estratégias de enfrentamento devem ser articuladas coletivamente, pois se os processos sociais que produzem as demandas dos usuários são construídos coletivamente, precisam ser enfrentados coletivamente.

crítica do usuário na perspectiva de superação do modo de produção capitalista.

É necessário ressaltar que através dos direitos sociais é permitido ao cidadão uma participação na riqueza material socialmente construída, mesmo que seja mínima, porém jamais foi assegurado o direito social à propriedade. Os direitos sociais não interessam à burguesia, pois nos momentos de crise que são intrínsecos ao capitalismo esses direitos podem ser facilmente retirados da agenda pública em detrimento à ampliação do lucro e a manutenção do próprio capitalismo. Eles somente são concedidos no momento em que o capitalismo possa estar usando-os para a sua sustentação. Dessa forma, a ampliação da cidadania choca-se com a lógica do capital, pois trata-se de uma contradição onde o capitalismo resiste, mas depois é forçado a realizar concessões, mas usa-as em favor da sua manutenção (COUTINHO, 1999).

A sociedade dividida em classes cria de um lado privilégios e de outro déficits, portanto a universalização da cidadania é incompatível com a existência de uma sociedade de classes. Será somente em uma sociedade sem classes antagônicas que a cidadania plena poderá vir a concretizar-se. Coutinho (1999) analisa que, as características da modernidade são a presença de processos de contradição, onde há avanços e recuos em meio ao antagonismo entre a universalização da cidadania e a lógica de acumulação do modo de produção capitalista, mas é necessário conceber a modernidade como um movimento de construção de uma sociedade mais justa, na busca de uma democracia radical que perpassa pela democratização dos meios de produção e dos bens e serviços produzidos.

Evidencia-se, em decorrência da fragilidade teórica, a reprodução da identidade atribuída. Nesse processo há dificuldade por parte das profissionais em formular estratégias para a reconstrução do objeto institucional. As profissionais acabam tendo dificuldade de ver as instituições que operam as políticas como um espaço de contradição o que ocasiona um obstáculo para o fortalecimento da política social como um instrumento de resistência, propício a construção de reflexões críticas quanto ao modo de produção capitalista e de estratégias para enfrentamento da questão social. Essa fragilidade teórico-metodológica conduz a uma escassez de estratégias para a reelaboração do objeto institucional necessário ao fortalecimento das resistências.

Portanto os depoimentos mencionados anteriormente que reduzem a dimensão política da profissão à defesa da cidadania formal, resulta de outras questões que precisam ser refletidas. É necessário compreender que a dimensão

política que deve ser impressa no trabalho profissional, deve estar atrelada a cidadania plena que só é possível em um outro modo de produção. É nessa construção que o produto do trabalho do/a assistente social deve estar atrelado para materializar as finalidades teleológicas da categoria profissional que vincula-se, nos termos de Netto (2009), ao projeto societário da classe trabalhadora.

O/a assistente social insere-se em instituições as quais determinam parte do trabalho em que o/a profissional deverá exercer funções realizando as finalidades das instituições. Porém é sabido que o objeto de trabalho do/a assistente social é a questão social, ficando evidente a contradição presente nesses espaços. O produto do trabalho profissional deve estar atrelado à extinção das desigualdades e superação da questão social que somente será possível com a derrota do capitalismo. Nesse contexto a dimensão política impressa no trabalho profissional deverá ultrapassar aquilo que é demandado pelas instituições, em forma de atividades e funções designadas previamente pelos gestores (IAMAMOTO, 2005).

Seja em qual for a política em que o/a assistente social se vincula é necessário compreender o campo de contradições existentes entre aquilo que é previamente imposto para o/a profissional desenvolver e aquilo que realmente é a dimensão política trabalho, ou seja, sua particularidade. É necessário o fortalecimento da autonomia dos usuários e profissionais dos quais o/a assistente social intervém de modo que se organizem e participem como classe trabalhadora tendo como objetivo a construção de uma sociedade sem desigualdades sociais.

Tratando-se da terceira questão norteadora que refere-se a dimensão política empreendida na intervenção, evidencia-se que a fragilidade teórica leva a realização somente dos objetivos da instituição. Nesse momento há a dificuldade em entender a instituição como um espaço de contradição, pois ela organiza parte do trabalho a ser desenvolvido. As profissionais têm dificuldade em formular estratégias para a reconstrução do objeto institucional que determina suas finalidades e o produto do trabalho acaba limitado à cidadania formal, pois confundem leis com teoria. O objeto de intervenção do/a assistente social é a questão social, e o produto do trabalho deve estar atrelado a extinção das desigualdades. Quando não há a reconstrução do objeto institucional as profissionais acabam legitimando o modo de produção capitalista não havendo uma perspectiva de superá-lo. A dimensão política deve estar atrelada à cidadania plena que somente será possível em um outro modo de produção.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esse estudo buscou a partir de movimentos teóricos e empíricos responder a seguinte questão, como os/as assistentes sociais vinculados a política de saúde no município de São Borja, evidenciam as expressões da questão social como manifestação singular do objeto de trabalho profissional. Para responder o problema foram realizadas questões norteadoras, a primeira problematiza os fundamentos teóricos adotados para apreender a questão social, a segunda problematiza as estratégias metodológicas para intervir e a terceira a dimensão política empreendida na intervenção profissional.

As profissionais entendem que a questão social é oriunda do modo de produção capitalista e gera expressões que são demandas de trabalho do/a assistente social. Porém mesmo entendendo teoricamente a questão social, as profissionais têm dificuldades em compreendê-la como objeto de trabalho e intervir nela. Essa dificuldade contribui para o questionamento do materialismo histórico e dialético como sendo a teoria mais adequada ao embasamento da intervenção profissional, já que as profissionais afirmam que aprendem a intervir na prática.

Existe um consenso sobre a questão social ser oriunda da contradição essencial do modo de produção capitalista, mas a explicação do modo como essa contradição se particulariza nas demandas dos usuários não é explicitada, ou seja, identifica-se uma carência do entendimento da categoria mediação para subsidiar a compreensão do modo como as categorias universais particularizam-se nas instituições e na vida dos usuários. Identificou-se também no decorrer da pesquisa o entendimento de que as expressões da questão social manifestam-se somente nos dias atuais. Porém como mencionado anteriormente nos depoimentos as profissionais vinculam a questão social ao capitalismo que é um modo de produção que não surgiu atualmente.

Constatou-se que essa fragilidade teórica impacta na escolha das estratégias metodológicas das profissionais durante as intervenções, pois a dificuldade de compreender a questão social como objeto conduz as assistentes sociais a não elaboração de estratégias que impactam na resistência aos processos institucionais que tornam o trabalho burocratizado, formal e reproduzidor dos processos sociais mantenedores do status quo. Ou seja, o exercício da autonomia relativa é condicionado pela capacidade de leitura teórica da realidade do/a profissional, quanto

mais embasamento teórico, mais condições terá o/a profissional de ampliar sua liberdade relativa durante a intervenção.

Verifica-se que como há fragilidade teórica, as profissionais adotam os procedimentos sugeridos pelos gestores da instituição e nesse processo assumem o objeto institucional como sendo o próprio objeto profissional. As leis são compreendidas como sinônimos de teoria e embasam a aplicação de instrumentos como visitas domiciliares, entrevistas e grupos. O instrumental é reduzido ao uso de instrumentos que são meios de operacionalizar a demanda institucional, havendo uma desarticulação entre as competências teórico-metodológicas e técnico-operativas na definição de estratégias metodológicas e na aplicação de instrumentos de trabalho.

A fragilidade teórica ocasiona a reprodução da identidade atribuída, porque a dificuldade em entender as contribuições da teoria social crítica para a intervenção profissional, conduz as profissionais a desenvolverem tarefas designadas pelos espaços sócio-ocupacionais, como realizar visitas domiciliares para triagem da passagem considerando ser esse o objetivo da intervenção e não um meio para atingir outros fins que estejam em sintonia com a dimensão política da profissão.

A falta de adensamento teórico gera dificuldade de planejamento de estratégias para reformulação do objeto institucional, visto que o trabalho é desenvolvido conforme demanda a instituição. Fica evidente a redução da dimensão política da profissão à defesa da cidadania formal, pois no momento em que as assistentes sociais entendem que sua finalidade profissional é desenvolver somente funções que são designadas pelas instituições, como, por exemplo, encaminhamento aos direitos previstos em lei, a dimensão política da categoria deixa de perpassar a subjetividade das profissionais no momento em que planejam suas intervenções e conseqüentemente tal finalidade não materializa-se concretamente no trabalho profissional, visto que o trabalho é uma atividade teleológica.

Portanto as problematizações em torno da indagação do modo como os/as assistentes sociais vinculados a política de saúde no município de São Borja evidenciam as expressões da questão social como manifestação singular do objeto de trabalho profissional sugerem a necessidade de:

- Aprofundamento dos fundamentos teóricos indo às fontes originais;
- Ampliação da produção científica sobre intervenção profissional;
- Maiores produções que expliquem à questão social como objeto;

- Ampliar reflexões sobre os limites e possibilidades na elaboração de estratégias para reformulação do objeto institucional;

Tais sugestões foram pensadas a partir dos resultados da análise deste estudo onde uma das questões pertinentes foi a fragilidade teórica, motivo pelo qual sugere-se o aprofundamento dos fundamentos teóricos indo às fontes originais. Também a ampliação da produção científica sobre intervenção profissional, uma vez que percebeu-se que há a redução da intervenção ao encaminhamento de demandas às demais políticas. Sugere-se também maiores produções referentes à questão social como objeto pois notou-se que as profissionais entendem a concepção de questão social e a relação intrínseca com o modo de produção capitalista, porém tem dificuldade de intervir considerando amplitude do objeto de intervenção. Por fim é necessário ampliar reflexões sobre os limites e possibilidades na elaboração de estratégias para reelaboração do objeto institucional, pois a fragilidade teórica aliada as condições objetivas impostas pela condição de trabalhador assalariado contribuem para os profissionais desenvolver somente os objetivos das instituições em suas intervenções, reproduzindo assim a identidade atribuída.

REFERÊNCIAS

ANTUNES, Ricardo. **O caracol e sua concha: ensaios sobre a nova morfologia do trabalho**. São Paulo: Boitempo, 2005.

BAPTISTA, Miryan Veras. **Planejamento social: intencionalidade e instrumentação**. São Paulo: Veras, 2002.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Coimbra/Portugal: Edições 70, 2009.

BEHRING, Elaine Rossetti; BOSCHETTI, Ivanete. **Política Social: fundamentos e história**. 4. Ed. – São Paulo : Cortez, 2008. – (biblioteca básica de serviço social; v. 2).

CAMARGO, Marisa. **Configurações do processo de trabalho em que participa o assistente social na saúde coletiva no espaço sócio-ocupacional da atenção básica**. Porto Alegre: Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, 2009. Dissertação (mestrado em Serviço Social).

CASTEL, Robert. As transformações da questão social. In: WANDERLEY, M.; BÓGUS, L.; YASBEK, M. C (Orgs.) **Desigualdade e questão social**. São Paulo: Educ, 2000, p. 235-264.

COUTINHO, Carlos Nelson. **Cidadania e Modernidade. Perspectivas** (São Paulo) V.22, p.41-59, 1999. Disponível em: <<http://piwik.seer.fclar.unesp.br/perspectivas/article/viewFile/2087/1709>>. Acesso em: 01 nov. 2016.

CUNHA, Gustavo Tenório. **A construção da clínica ampliada na atenção básica**. São Paulo: Hucitec, 2007.

DEMO, Pedro. **Introdução á metodologia da ciência**. 2.ed. 18. reimpr. São Paulo: Atlas, 2010.

ENGELS, Friedrich. **A situação da classe trabalhadora na Inglaterra**. Tradução B. A. Schumann, Edição José Paulo Netto. São Paulo: Boitempo, 2008.

FAERMANN, Lindamar Alves. **O uso dos instrumentais e das técnicas no serviço social na perspectiva crítico-dialética: mediações necessárias.** São Paulo: Faculdade de Serviço Social, São Paulo, PUCSP, 2014. Tese (Doutorado em Serviço Social).

FERREIRA, José Wesley. **QUESTÃO SOCIAL: apreensão e intervenção no trabalho dos assistentes sociais.** Porto Alegre: Faculdade de Serviço Social da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, 2008. Dissertação (Mestrado em Serviço Social).

_____. **Questão Social: um estudo acerca dos fundamentos teóricos estratégias metodológicas e relação teórico – prática no ensino em Serviço Social.** Porto Alegre: Faculdade de Serviço Social da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, 2015. Tese (Doutorado em Serviço Social).

_____. **Questão Social e Intervenção Profissional dos Assistentes Sociais.** Textos & Contextos, v.9, n.2, p. 209-217. Porto Alegre, 2010.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa.** 4ª ed. São Paulo: Editora Atlas, 2002. Disponível em: <https://professores.faccat.br/moodle/pluginfile.php/13410/mod_resource/content/1/como_elaborar_projeto_de_pesquisa_-_antonio_carlos_gil.pdf>. Acesso em: 12 jun. 2016.

GOIN, Mariléia. **Fundamentos do Serviço Social na América Latina e no Caribe: os diferentes caminhos do Brasil, do Chile e de Cuba.** Porto Alegre: Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, 2016. Tese (Doutorado em Serviço Social).

IAMAMOTO, Marilda Villela. **Serviço Social em tempo de capital fetiche: capital financeiro, trabalho e questão social.** 4. Ed. São Paulo: Cortez, 2010.

_____. **O serviço social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional.** São Paulo: Cortez, 2005.

_____. A Questão Social no capitalismo. **Temporalis**, n. 3, ano II, jan./jun. Brasília: ABEPSS, Graflin, 2001, p. 9-32.

KONDER, Leandro. **O que é dialética?** São Paulo: Brasiliense, 2008. (Coleção Primeiros Passos: 23). Disponível em: <<http://afoiceemartelo.com.br/posfsa/Autores/Konder,%20Leandro/O%20que%20e>

%20dialectica.pdf >. Acesso em: 08 Ago. 2016.

KOSIK, Karel. **Dialética do concreto**. 2 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

LEFEBVRE, H. **Lógica formal, lógica dialética**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1995.

MARTINELLI, Maria Lucia. **Serviço Social Identidade e Alienação: a ilusão de servir**. São Paulo: Cortez, 1991.

MARX, Karl. ENGELS, Friedrich. **A ideologia alemã**. São Paulo: Martin Claret, 2005.

MARX, Karl. ENGELS, Friedrich. **Manifesto do partido comunista**. 10. Ed. rev. São Paulo: Global, 2006.

MARX, Karl. **Manuscritos econômicos Filosóficos**. São Paulo: Martin Claret, 2004.

MARX, Karl. **Sobre a questão judaica**. São Paulo: Boitempo, 2010. Disponível em: <<http://petdireito.ufsc.br/wp-content/uploads/2013/03/Karl-Marx-Sobre-a-questao-Judaica.pdf>>. Acesso em: 06 Ago. 2016.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **O capital**. 13. Ed. Livro 1, v. I e v. II. Rio de Janeiro: Beltrand, 1989.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.). **Pesquisa Social: Teoria, método e criatividade**. 18 ed. Petrópolis: Vozes, 2001. Disponível em: <http://www.faed.udesc.br/arquivos/id_submenu/1428/minayo__2001.pdf>. Acesso em: 09 Ago. 2016.

NETTO, José Paulo. Cinco Notas a Propósito da “Questão Social”. **Temporalis**, ano 2, n. 3, jan/jul, 2001, Brasília: ABEPSS, Graflin, 2001.

_____. A Construção do Projeto Ético-Político do Serviço Social. In: MOTA, Ana Elizabete (org). **Serviço Social e Saúde**. 4. Ed. São Paulo: Cortez; Brasília/DF: OPAS, OMS, Ministério da Saúde, 2009.

PASTORINI, Alejandra. **A categoria questão social em debate**. 3. Ed. São Paulo: Cortez, 2010.

PONTES, Reinaldo. Nobre. Mediação: categoria fundamental para o trabalho do assistente social. **Cadernos de Capacitação em Serviço Social e política social**. Módulo 04: Brasília: CEAD, 1999. p. 36-50.

PRADO JÚNIOR, Caio. **Teoria marxista do conhecimento e método dialético materialista**. 2001. Disponível em: <<http://www.ebooksbrasil.org/eLibris/caio.html>>. Acesso em: 07 jun. 2016.

PRATES, Jane Cruz. **O método marxiano de investigação e o enfoque misto na pesquisa social: uma relação necessária**. Textos & Contextos, v.11, n.1, p. 116-128, Porto Alegre, 2012.

SANTOS, Josiane Soares. **Particularidades da questão social no Capitalismo Brasileiro**. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2008. Tese (Doutorado em Serviço Social). V.22, p.41-59 , 1999. Disponível em: <<http://piwik.seer.fclar.unesp.br/perspectivas/article/viewFile/2087/1709>> Acesso em: 10 de set, 2016.

TURCK, Maria da Graça Gomes. **O lugar do método na formação e na intervenção profissional em Serviço Social**. Faculdade de Serviço Social, Porto Alegre, PUCRS, 2008. Tese (Doutorado em Serviço Social).

APÊNCIDES

APÊNCIDE A - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Título do projeto: serviço social e objeto de trabalho profissional: particularidades político-conceituais dos assistentes sociais na política de saúde de São Borja

Pesquisadora responsável: Charlise Gonçalves Santiago

Pesquisadores participantes: José Wesley Ferreira

Instituição: Universidade Federal do Pampa – Unipampa

Telefone celular do pesquisador para contato: (55) 8429-4986

Você está sendo convidado/a para participar, como voluntário/a, em uma pesquisa “serviço social e objeto de trabalho profissional: particularidades político-conceituais dos/as assistentes sociais na política de saúde de São Borja” do trabalho de conclusão de curso que tem por objetivo “Analisar como os/as assistentes sociais vinculados à política de saúde, no município de São Borja, evidenciam as expressões da questão social como manifestação singular do objeto de trabalho profissional, afim de apreender a clareza teórica e de finalidade empreendida nos processos interventivos profissionais” e se justifica pela importância desse estudo para a trajetória profissional da acadêmica e para os/as profissionais que trabalham na saúde, pois coloca em pauta o objeto de trabalho do/a assistente social, a fim de que suscite reflexões acerca da questão social e suas expressões, entendendo os processos pelos quais o serviço social brasileiro passou a partir do momento em que vinculou-se a uma matriz teórica crítica atrelada a defesa dos direitos da classe trabalhadora.

Por meio deste documento e a qualquer tempo você poderá solicitar esclarecimentos adicionais sobre o estudo em qualquer aspecto que desejar. Também poderá retirar seu consentimento ou interromper a participação a qualquer momento, sem sofrer qualquer tipo de penalidade ou prejuízo. Após ser esclarecido/a sobre as informações a seguir, no caso de aceitar fazer parte do estudo, assine ao final deste documento, que está em duas vias. Uma delas é sua e a outra será arquivada pelo pesquisador responsável.

A pesquisa será realizada por meio de entrevista semiestruturada relacionada

ao trabalho profissional dos/as assistentes sociais no seu espaço sócio-ocupacional, os quais terão autonomia em relação às respostas e, por isso, sem maiores riscos à sua integridade física e mental. Em relação aos benefícios será propiciado através da pesquisa a oportunidade de reflexão em relação ao objeto de trabalho de maneira a fortalecer a práxis profissional. Para participar deste estudo, você não terá nenhum custo, nem receberá qualquer vantagem financeira. Os gastos necessários para a sua participação na pesquisa serão assumidos pela pesquisadora.

Seu nome e identidade serão mantidos em sigilo e os dados da pesquisa serão utilizados exclusivamente para a construção do trabalho de conclusão de curso e, por sua vez, armazenados pelo pesquisador responsável José Wesley Ferreira que mostrará apenas os resultados obtidos como um todo, sem revelar seu nome, instituição a qual pertence ou qualquer informação que esteja relacionada com a sua identidade. Durante a pesquisa será possível o esclarecimento de possíveis dúvidas referentes as questões. Os resultados poderão ser divulgados através de disponibilização do estudo na biblioteca e nos espaços sócio-ocupacionais.

Nome do Participante da Pesquisa:

Assinatura do Participante da Pesquisa:

Nome do Pesquisador Responsável:

Assinatura do Pesquisador Responsável:

Local e data _____

Se você tiver alguma consideração ou dúvida sobre a ética da pesquisa, entre em contato: Comitê de Ética em Pesquisa – CEP/Unipampa – Campus Uruguaiana – BR 472, Km 592, Prédio Administrativo – Sala 23, CEP: 97500-970, Uruguaiana – RS. Telefones: (55) 3911 0200 – Ramal: 2289, (55) 3911 0202. Telefone para ligações a cobrar:(55) 8454

APÊNDICE B – ROTEIRO NORTEADOR DA ENTREVISTA

A presente pesquisa que tem o intuito de suscitar reflexões em relação ao trabalho profissional dos/as assistentes sociais nos espaços sócio-ocupacionais de São Borja que operam a política de saúde.

Os/as assistentes sociais participantes da pesquisa têm autonomia em suas respostas, as quais contribuirão para as análises que resultarão no trabalho de conclusão de curso (serviço social) da acadêmica Charlise Gonçalves Santiago. Por isso, a importância das respostas expressarem as opiniões profissionais sobre o que estão sendo indagados(as) a refletir.

As respostas terão unicamente o intuito de contribuir com a pesquisa e o sigilo será mantido, ficando o manuseio apenas com a acadêmica e professor orientador.

1. IDENTIFICAÇÃO:

Nome	
CRESS	
Instituição de Formação	
Ano de Formação	
Pós-Graduação	
Local de Trabalho	
Carga Horária	
Tipo de Vínculo	

BLOCO A:

1) Quais as demandas postas ao trabalho profissional?

-quais demandas da instituição?

-quais demandas da sociedade?

-quais demandas do usuário?

2) Como essas demandas se relacionam coma questão social?

3) Qual seu entendimento de questão social?

4) Como a teoria apreendida na formação contribui para o entendimento da questão social?

-quais autores?

-quais disciplinas?

BLOCO B:

1) Quais os instrumentos de trabalho que você utiliza?

2) Como você relaciona o uso dos instrumentos com os fundamentos teóricos?

3) Como você relaciona o uso dos instrumentos com a direção teleológica hegemônica da categoria profissional?

BLOCO C:

1) Como a intervenção nas demandas apresentadas impactam na vida dos usuários?

2) Qual a relação desse impacto com a direção política definida pela categoria?

ANEXO

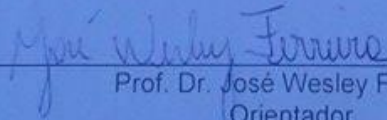
CHARLISE GONÇALVES SANTIAGO

SERVIÇO SOCIAL E OBJETO DE TRABALHO PROFISSIONAL:
PARTICULARIDADES POLÍTICO-CONCEITUAIS DOS/AS ASSISTENTES
SOCIAIS NA POLÍTICA DE SAÚDE DE SÃO BORJA

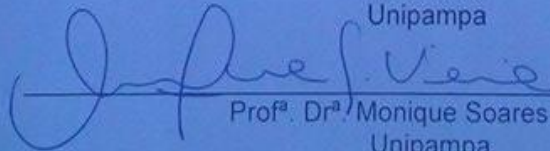
Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado ao Curso de Serviço Social da
Universidade Federal do Pampa, como
requisito parcial para obtenção do Título de
Bacharel em Serviço Social.

Trabalho de Conclusão de Curso defendido e aprovado em: 05/12/2016

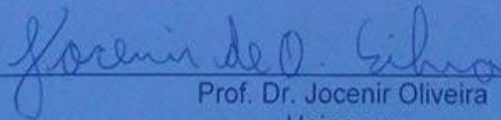
Banca examinadora:



Prof. Dr. José Wesley Ferreira
Orientador
Unipampa



Prof.^a Dr.^a Monique Soares Vieira
Unipampa



Prof. Dr. Jocenir Oliveira
Unipampa